

RESUMO

Este artigo discute a concepção de história que informa a visão de Celso Furtado quanto ao processo econômico brasileiro. O objetivo é demonstrar que sua leitura da história econômica do Brasil está orientada por sua concepção de subdesenvolvimento, herdada da CEPAL, e se encontra intimamente vinculada a seu projeto político-ideológico de nação, desenvolvido nos anos 50 e 60.

PALAVRAS-CHAVE

História; Celso Furtado; Subdesenvolvimento; CEPAL; Projeto político-ideológico; Nação; Anos 50 e 60.

ABSTRACT

This article discusses the conception of History which informs Celso Furtado's view regarding the Brazilian economic process. Its aim is to demonstrate that his way of considering Brazil's economic History is orientated by his conception of underdevelopment, inherited from CEPAL, and closely linked to his political-ideological project of nation, which was developed in the 50's and 60's.

KEY WORDS

History; Celso Furtado; Underdevelopment; CEPAL; Political-ideological project; Nation; 50's and 60's.

SUMÁRIO

I.	Projeto nacional: o historiador e o lugar da história	3
II.	Formação Econômica do Brasil: a construção de uma história fundante	13
	1. Uma década de maturação	13
	2. Formação Econômica do Brasil, historiografia econômica e os anos 30: uma questão de raízes	29
	3. Formação Econômica do Brasil: a reconstrução historiográfica do subdesenvolvimento	53
III.	Bibliografia	78
	1. Geral.....	78
	2. Obras de Celso Furtado	84

CELSO FURTADO - HISTÓRIA E ESTADO NA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Rosa Maria Vieira Berriel

“[...]o que anima vivamente o historiador a trabalhar o passado é nele encontrar a matéria viva e incandescente que permite manipular experiências e elementos históricos, para moldar o futuro da Nação. O passado, então aparece como o despertar da consciência da Nação e da nacionalidade para um certo tipo de Nação. Sua identidade ou diferenças com outras nações nascerão do passado reconstituído.”

(Nilo Odália, *As Formas do Mesmo*, p.38.)

I. PROJETO NACIONAL: O HISTORIADOR E O LUGAR DA HISTÓRIA

Em artigo de uma publicação comemorativa dos 30 anos de edição do **Formação Econômica do Brasil**¹, Celso Furtado observa que “A corrente do pensamento econômico que domina os grandes centros acadêmicos ignora a especificidade do subdesenvolvimento, pretendendo englobar todas as situações históricas de aumento persistente de produtividade em um só modelo explicativo. É a obsessão do *monoeconomics* a que se referiu Hirschman, o ‘falso universalismo’ de que já falava Prebisch em 1949. Segundo essa doutrina, existe um só modelo de industrialização nas economias de mercado, o qual se desdobra em fases temporais.

¹ A primeira edição data de janeiro de 1959. O livro, segundo Celso Furtado, foi redigido entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, período em que permaneceu no King’s College, na Universidade de Cambridge (Inglaterra), fazendo estudos de pós-graduação. FURTADO (1985, p. 204, 205), (1997, p. 11, 12).

Mas a realidade é cabeçuda e nem sempre é possível escamoteá-la". Depois de retomar as principais teses da teoria do subdesenvolvimento de inspiração prebischiana e analisar a especificidade e os desajustes do processo espontâneo de industrialização periférica (substituição de importações), Furtado encerra o texto afirmando: *"O subdesenvolvimento, como o deus Janus, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa"*².

Estas afirmações bem podem ser tomadas como uma síntese representativa de sua longa trajetória intelectual. Aí se encontra a idéia de uma **teoria original** que desse conta da especificidade da periferia subdesenvolvida – "impasse histórico" que, deixado ao livre jogo das forças de mercado, aprofundaria a perversidade da exclusão, levando à "catástrofe social". Aí está, também, a preocupação com a **história**, a um só tempo elemento conformador do atraso periférico e instrumento teórico capaz de propiciar o conhecimento consistente da realidade e orientar a superação do subdesenvolvimento através do "planejamento democrático".

A preocupação com a **história** levou Celso Furtado a produzir vários trabalhos cuja temática era o processo histórico-econômico brasileiro e latino-americano. E, dentre estes, o mais significativo foi, sem dúvida, **Formação Econômica Brasileira** – ensaio de análise histórica da trajetória do Brasil da colonização ao período da industrialização por substituição de importações - considerado por muitos um clássico do pensamento moderno brasileiro³. Tal foi a influência desta obra sobre gerações de cientistas sociais no Brasil, que Francisco de Oliveira chegou a afirmar que, graças a ele, Furtado tornou-se o *demiurgo do Brasil*:

² FURTADO (1992), pp. 15 e 19.

³ OLIVEIRA (1983), BIELCHOWSKY (1989), MANTEGA (1989), IGLÉSIAS (1981), MALLORQUIN (1993).

*“Esta obra tem uma imensa significação na história brasileira. Coloca-se, seguramente, ao lado de **Casa Grande e Senzala** de Gilberto Freire, **Raízes do Brasil** de Sérgio Buarque de Holanda e **Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia** de Caio Prado Jr. obras que explicaram o Brasil aos brasileiros. A obra de Furtado, no entanto, vai mais além: não porque seja teoricamente superior, senão por que foi escrita **in actione**. Enquanto as anteriores explicaram e ‘construíram’ o país do passado, a de Furtado explicava e ‘construía’ o Brasil dos seus dias: era contemporânea de sua própria ‘construção’. Nenhuma obra teve a importância ideológica de **Formação Econômica do Brasil em nossa recente história social**”⁴.*

Esta incursão pela história pode, sem dúvida, ser vista como um dos traços distintivos, conformadores da originalidade teórica de Celso Furtado e que faz dele caso único entre os economistas brasileiros. Particularidade que ele mesmo ressalta em suas obras autobiográficas. No seu “Auto-retrato intelectual”⁵, por exemplo, Celso Furtado refere-se à importância decisiva de sua descoberta da “*busca de um sentido para a história*” como “*uma atividade intelectual perfeitamente válida*”, da “*idéia de que as formas sociais são históricas, [que] portanto podem ser superadas*”, o que lhe “*permitia ver o mundo com outros olhos*”. Graças à história, a economia deixaria de ser, segundo suas palavras, “*uma ciência menor, para gente sem imaginação*”, “*jogos de espírito pueris*”, como se referia aos malabarismos retóricos do professor que, na Universidade do Brasil, procurava lhe “*transmitir a idéia da utilidade marginal*”. Relembrando, ainda, os primeiros tempos da formação universitária, destaca o papel que as leituras de Pirenne, Sombart e outros

⁴ OLIVEIRA (1983) p.13. Ricardo Bielchowsky afirma em artigo que, “**Formação Econômica do Brasil**, de Celso Furtado, continua sendo, 30 anos após seu lançamento, a mais famosa e divulgada obra da literatura econômica brasileira, editada em nada menos de dez idiomas e um quarto de milhão de exemplares”. BIELCHOWSKY (1989) p.38.

⁵ Escrito em março de 1972, para um número comemorativo do **International Social Journal**, vol. XXV, nº1-2, foi publicado em português, pela primeira vez, em 1983, sob o título de “Auto-retrato intelectual”, na coletânea organizada por Francisco de Oliveira. Foi republicado, posteriormente, em 1997, com novo título, “As aventuras de um economista brasileiro”, na **Obra Autobiográfica**. OLIVEIRA (1983) e FURTADO (1997).

historiadores das origens do capitalismo, e de Antonio Sérgio, sobre a história portuguesa, exerceram na sua descoberta da importância dos estudos da “*Economia para melhor compreender a história*”. Através do enfoque histórico pode chegar à economia com “*uma visão globalizante, macro-econômica*”. Desta forma, a economia passaria a ser, no seu entender, apenas um instrumental a permitir, “*com maior eficácia, tratar problemas que me vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade.[...] Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico*”⁶.

Em **Fantasia Organizada**, de sua trilogia memorialística de 1985, Celso Furtado, rememorando suas preocupações teóricas iniciais, afirma que seu propósito era “*encontrar fórmulas metodológicas que permitissem conjugar os recursos da História e da análise*”. Lembra, também que, “*Não se tratava, [...], de ‘explicar’ a História, deslizando para formas de reducionismo em que havia caído Marx e tantos outros pensadores do século XIX. O que tinha em vista era iluminar áreas pouco visíveis, aumentar a percepção da História fazendo apelo aos recursos das Ciências Sociais, particularmente da Economia. As relações entre a ocupação do espaço, o intercâmbio externo, a diferenciação das estruturas produtivas internas e a evolução da produtividade poderiam ser detectadas como tendências para cada período do qual tivéssemos uma visão global dada pela História*”. E, referindo-se especificamente à realidade brasileira, objeto de suas preocupações, concluía “*Em casos simples, como o da civilização do açúcar no Nordeste brasileiro, era possível construir um modelo de tipo macroeconômico que projetasse luz sobre a lógica de sua expansão e declínio. Com base nesse enfoque metodológico comecei a **repensar a História do Brasil**, ao mesmo tempo que ia **reformulando minha visão do processo de desenvolvimento***”.⁷

⁶ OLIVEIRA (1983), pp. 33 e 36.

⁷ FURTADO (1985), pp. 167 e 168. Os grifos são meus.

“Repensar a História do Brasil” ao mesmo tempo *“que ia reformulando [...] a visão do processo de desenvolvimento”*. O destaque a estas duas frases significativas se explica por abrirem caminho a uma instigante perspectiva de análise. Refiro-me à investigação do **lugar da história** na teoria de Celso Furtado e as relações com seu projeto de desenvolvimento para o Brasil. Mas não se entenda por isto trilhar o caminho das já conhecidas formulações sobre o significado que, para a abordagem econômica estruturalista, teve a inovação analítica representada pela leitura histórica de Furtado⁸. O que se vai aqui tratar é da análise dos contornos, dados por ele, a uma concepção de história do Brasil, amparada num projeto de desenvolvimento nacional. O objetivo é investigar como ele modelou sua leitura histórica do passado brasileiro, tendo em vista as conveniências de um dado projeto de construção da nacionalidade. Em outras palavras, trata-se da hipótese de que Furtado valeu-se da história para esquadrihar o passado, tirando das sombras dos acontecimentos pretéritos as determinantes do nosso subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, os elementos que, inevitavelmente, apontavam para a edificação da nacionalidade auto-sustentada, em conformidade com sua proposta desenvolvimentista.

As questões anteriormente enunciadas tem como pressuposto a idéia da **função ideológica** da leitura historiográfica e do papel do historiador na produção dessa ideologia, isto é, o de conceber a história de modo a harmonizá-la com as necessidades de um projeto social pois, como bem lembra Nilo Odália, a historia pode vir a *“ ser o espelho em que os homens de uma comunidade devem se olhar e se reconhecer”*. Esta questão fica particularmente evidenciada quando este projeto social se destina à implementação de um dado tipo de organização nacional, pois a representação da nacionalidade almejada é, no geral, uma **construção** que

⁸ **BIELCHOWSKY** (1988) e (1989), **MANTEGA** (1984), **MALLORQUIN** (1993), **OLIVEIRA** (1983) e (1983), **SUZIGAN** (1986).

“aparece como o resultado de relações sociais, que permanecem aquém e além das condições reais dos indivíduos, acima dos interesses de classes e grupos sociais que formam a comunidade. Nenhuma hierarquia social, nenhuma diferenciação de classe, nenhuma discriminação quanto à cor, quanto ao saber, quanto à riqueza parece estar à raiz do que chamamos de Nação. [...] O pacto de solidariedade social que se realiza dentro de uma comunidade, que se pretende nacional, não é, porém fruto de um tácito consenso; seria mais próximo da realidade dizer que o falso consenso em que nos vemos enredados decorre de uma ideologia, de fundamentos históricos, em que as diferenciações, as hierarquizações sociais que determinam efetivamente as opções feitas são sistematicamente reduzidas e esquecidas”⁹.

O “*pacto de solidariedade social*” que viabiliza a **Nação** acabaria sendo, na verdade, uma imposição da classe ou frações da classe dominante que detém a hegemonia e que, por isso, pode fazer de seu projeto particular um projeto universal, de “**sua idéia**” de Nação “**a idéia**” de Nação. A representação particularizada só poderá ganhar legitimidade no momento em que seus valores forem apresentados como universais ou “neutros”. A ideologia terá cumprido sua função quando os membros dos diferentes segmentos sociais virem esses valores não apenas como legítimos mas também como seus. E, neste processo, o historiador pode vir a ser chamado para cumprir uma função ideológica essencial: “*homogeneizar o passado para que as peculiaridades sejam traços distintos de um povo e não no interior de um povo*”. A memória e o passado poderão, assim, ser relidos e reconstituídos “em razão do interesse maior já definido, a Nação”¹⁰.

Os pressupostos destas formulações remetem, em certa medida, às perguntas de Michel de Certeau – “*O que **fabrica** o historiador quando ‘faz história’? Em que trabalha? Que produz?*” – ao buscar “*as leis silenciosas que circunscrevem o*

⁹ ODÁLIA (1997), pp. 36.

¹⁰ *Idem*, p. 37.

espaço da operação histórica”¹¹. Isto é, a definição do estatuto do pensamento histórico pelo lugar social de sua produção ou, ainda, a compreensão da historiografia como um testemunho participante de época, preocupada em descobrir e recortar o passado segundo perspectivas e motivações particulares.

Nestas indicações talvez se encontre a chave para a análise do **lugar da história** na obra de Furtado, o caminho para se compreender suas preocupações em construir um “*esboço do processo histórico de formação da economia brasileira*”, como entendia ser sua **Formação Econômica do Brasil**; seu declarado propósito de “*descortinar uma perspectiva o mais possível ampla*”, para “*captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos*” do país; e, finalmente, a função prática deste conhecimento, qual seja, “*a aplicação dessas teorias[econômicas] aos processos históricos subjacentes à realidade na qual [se] vive*”, com a finalidade de nela se atuar de modo a transformá-la¹².

Dos economistas brasileiros de sua geração e mesmo das imediatamente posteriores, envolvidos num projeto capitalista de desenvolvimento¹³, Furtado foi o único a delinear um vasto painel histórico de evolução da economia brasileira – da colonização à fase da instalação industrial substitutiva das importações – com o

¹¹ CERTAU (1995), p.17 e 18.

¹² FURTADO (1964), p.10.

¹³ A referência ao envolvimento com um projeto capitalista de desenvolvimento nacional permite deixar Caio Prado JR à margem destas considerações. Compondo a “geração dos anos 30” e fazendo parte da tríade da historiografia brasileira contemporânea, ao lado de Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, pensador e militante, construiu uma análise marxista da formação social brasileira, revolucionando a escrita da história no Brasil e levando, segundo palavras de Carlos Guilherme Mota, “a luta de classes, como categoria analítica [para] nossa historiografia”. Seus trabalhos mais importantes, antecederam de muito aos de Furtado – **Evolução Política do Brasil**, 1933; **Formação do Brasil Contemporâneo**, 1942; **História Econômica do Brasil**, 1945 – e, de igual modo, foram construídos à margem da vida acadêmica institucional. Apesar da proximidade temática, da larga divulgação e anterioridade temporal, Celso Furtado em momento algum de sua obra faz referências às formulações de Caio Prado JR. Diversidades teórico-metodológicas, projetos excludentes poderiam, talvez, explicar o silêncio ou, quem sabe, o diálogo mudo com o grande historiador contemporâneo. Ver NOVAIS (1986), p.13; MOTA (1977).

propósito de demonstrar a peculiaridade histórica de um país subdesenvolvido, diversa da trajetória das nações industrializadas centrais. Fica claro seu intento de colocar em evidência, a partir da análise da processualidade histórica brasileira, o desenvolvimento dos países atrasados – tendo como base a industrialização planejada, a integração regional, o mercado interno e a ampla participação do Estado neste processo– como um problema específico, a demandar um esforço teórico absolutamente original.

Esta originalidade de Furtado, no entanto, não fez dele um caso único no pensamento e na tradição historiográfica brasileira. Muitos o antecederam, investidos da missão de resgatar do passado os elementos que pudessem orientar a consecução de um projeto nacional, em conformidade com um segmento social específico, e oferecer o argumento histórico legitimador da idéia de Nação. Refiro-me, entre tantos outros, a Varnhagem, a Caspistrano de Abreu, a Gilberto Freire, a Paulo Prado, a Oliveira Viana que vasculharam a experiência histórica brasileira em busca dos elementos peculiares da nossa geografia e do nosso cadinho étnico-racial, que teriam possibilitado o surgimento de uma nação moderna nos trópicos ¹⁴.

Em relação a esta historiografia brasileira, surgida no final do século XIX com o processo de emancipação política da América portuguesa e “*comprometida definitivamente com a questão nacional*”¹⁵, Celso Furtado representa, a um só

¹⁴ “É sobre a estrutura racial, que dissimula uma realidade de estrutura de classes, que vão convergir todos os esforços de interpretação da nossa história de parte significativa dos intelectuais brasileiros do século XIX e das primeiras décadas do século XX, demonstrando de maneira eloqüente que, em primeiro lugar, uma opção de sociedade já havia sido feita, tendo como paradigma a sociedade européia e, em segundo que essa opção era também uma forma de integração a essa sociedade. Integração que demandava uma metamorfose dos elementos espúrios da estrutura racial, índios e negros, pelo remédio da fusão ou miscigenação racial”. **ODÁLIA** (1997), p.19.

¹⁵ “História e historiografia, ação e pensamento, Estado nacional e suas subseqüentes representações são componentes de um mesmo momento pleno de historicidade”, o momento de construção nacional pós-independência.. A historiografia brasileira cumpriria, assim, papel semelhante à literatura brasileira do século XIX, nas palavras de Antonio Cândido, “fruto de condições históricas – quase imposição nos momentos em que o Estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia ou unidade. Aparece no mundo contemporâneo como elemento de autoconsciência, nos povos velhos ou novos que adquirem ambas, ou nos que penetram de repente no ciclo da civilização ocidental, esposando as suas formas de organização política”. **JANOTTI** (1998), p.122.

tempo, **continuidade** e **ruptura**. Pois se, por um lado, herda a tradição de buscar numa história fundante as premissas inevitáveis de um projeto nacional ou mesmo o caráter ensaístico da produção teórica historiográfica brasileira das primeiras décadas de nosso século, por outro descarta o viés étnico-racial, os determinismos geo-climáticos de seus antecessores e o tratamento predominantemente político-cultural dado às questões nacionais. E do sentido desta ruptura que, no Brasil, abriu caminho à passagem para moderna historiografia econômica – apesar de mais uma vez a anterioridade, em outra dimensão teórico-ideológica, caber a Caio Prado JR –, Celso Furtado parece ter hoje clara consciência, como demonstra numa de suas recentes entrevistas:

“[...] eu fui chegando à conclusão de que havia qualquer coisa de errado com o Brasil. Era fácil demais seguir a linha que era aceita, indicada pelos que estudavam o Brasil na época. O próprio Euclides da Cunha e Oliveira Viana eram fascinados pela sociologia do século XIX, que valorizava o padrão das etnias, das raças. Eugênio Gudin, por exemplo, era o maior economista do Brasil. Tinha seguidores, representava internacionalmente o país e iria ser um dia ministro da Fazenda. Ele partia do princípio de que o Brasil tinha inferioridades naturais, principalmente por seu clima e sua raça. Pronto, estava tudo explicado. Ora, eu me revoltei contra isso. Eu já tivera uma influência de Gilberto Freyre, que nos abriu a visão da sociologia moderna americana, com a teoria da cultura, com Frans Boas. No fundo, era um sistema de cultura que era inferior, que criava essa situação. Não era o clima, nem a raça”¹⁶.

Não se imagine, no entanto, encontrar na obra historiográfica de Furtado um debate com os antecessores, de quem se distingue ideologicamente e se afasta no plano da formulação teórica. Nada mais estranhos à composição textual e analítica de Celso Furtado do que o tom polêmico, a crítica aberta, o enfrentamento intelectual

¹⁶ **Democracia Viva**, Ano I n.º 1 Novembro 1997, p. 59.

explícito. O “estilo Furtado” foi, aliás, percebido por Francisco de Oliveira como uma preocupação de garantir a dimensão “científica” do discurso, como “*resultado de um esforço civilizatório, sua contribuição para superar, no Brasil, a discussão estéril e bacharelesca, opinática*” ou, ainda, “*o menoscabo por uma produção que, aos olhos de um economista recém-fascinado pela produção anglo-saxã, cujas formas da retórica têm outra sintaxe e outro lexico, tinha tudo para parecer não-científica e até anticientífica*”¹⁷. Existe, obviamente, um certo diálogo com os que o antecederam na tarefa de resgatar, na história, os fios da tecitura de um projeto de construção nacional. Podemos, sem dúvida percebê-lo, mas não enxergá-lo de pronto pois, como se verá mais adiante, ele é sutil, ou melhor, quase invisível.

Como seus predecessores, Celso Furtado viu-se à frente de um processo histórico de longa duração que, no Brasil da década de 50, não havia terminado em muitos aspectos, no que tange à construção da nacionalidade. Mas, no seu caso, a articulação **historiografia/projeto nacional** não tratava da edificação de uma nação civilizada, branca e “européia” nos trópicos, ou da missão de preservar a unidade territorial, impostas como desafios às elites desde o processo de independência, no século XIX. Cuidava-se, isto sim, de explicar o atraso brasileiro no contexto capitalista global, de propor planos de desenvolvimento industrial auto-sustentado e de pensar a unidade territorial nos termos da integração econômica regional. **Nação/desenvolvimento industrial** era, portanto, a identidade a ser forjada. Como historiador e ideólogo deste processo, caberá a Celso Furtado construir uma consciência nacional desenvolvimentista, cujos alicerces deveriam ser buscados nas profundezas da história, revolvidas pela ação diligente do intelectual amparado pela ciência, sustentado pela razão advinda da consciência da missão reformadora e investido, como historiador, “na função de guia e controlador das idas e vindas em direção ao passado e ao futuro”¹⁸.

¹⁷ OLIVEIRA (1997), p.47 e 48.

¹⁸ ODÁLIA (1977), p.49.

II. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA FUNDANTE

1. UMA DÉCADA DE MATURAÇÃO

Redigida entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, na Inglaterra, durante o período em que Celso Furtado permaneceu em Cambridge, **Formação Econômica do Brasil** foi editada no Brasil, depois de alguns percalços, em janeiro de 1959¹⁹. Sua gestação, no entanto, demandou bem mais do que os parcos três meses de redação. As preocupações do autor com o “vasto afresco” da formação da economia brasileira datavam já de quase uma década pois, como lembra o próprio Furtado em um depoimento, “*Após dez anos de trabalho, eu estava realmente senhor do assunto. Foi quando escrevi a **Formação Econômica do Brasil**, reflexão séria sobre as formas sociais e o processo histórico, e as circunstâncias internacionais em que se deu a colonização*”²⁰. De fato, bem antes de sua experiência cepalina,

¹⁹ No primeiro volume de sua trilogia autobiográfica, Celso Furtado rememora os incidentes curiosos que envolveram a publicação de seu livro no Brasil: “*Pela correspondência que me esperava em Cambridge pude constatar que os originais (cerca de 400 folhas escritas a mão) se haviam extraviado. [...] Mas nem tudo estava perdido. Exatamente no momento em que levava ao correio, encontrara um amigo da universidade que, ao tomar conhecimento de meu propósito, alertara-me contra o risco de extravio. Redargüi que me fora impossível encontrar alguém para datilografar, que pusera anúncio em mais de um local infrutiferamente. Veio-lhe a lembrança: ‘Tenho um amigo no departamento de fotocópias da Universidade, vamos até lá ver o que ele aconselha’.* Daí resultou que depusitei o texto por um dia para que fizessem uma filmagem. Com que ansiedade não voltava eu agora para indagar se fora efetivamente feita e se era servível. Depois de uma busca deram-me um pequeno rolo de filme e disseram que tudo parecia estar bem.

Obtive por empréstimo um aparelho de projeção equipado com tela e passei a datilografar página por página, o que me deu oportunidade de enxugar o texto, desbastando-o de toda celulite verbal.[...]

O novo texto foi enviado ao Brasil capítulo por capítulo, na medida que terminava a transcrição, para reduzir o prejuízo de novo extravio. Mas não me conformei com esse ato de pirataria ou de supremo desprezo por algo que podia ser de tão grande importância para outra pessoa. Posto que havia registro, o desvio não podia ser senão intencional. De regresso ao Brasil, com a ajuda de pessoa de influência consegui resgatar o texto manuscrito, avariado, de um depósito dos Correios, aparentemente classificado como material ‘suspeito’. Mais do que dos anos de observação e estudo, aprendi desse episódio o que é o subdesenvolvimento, essa manifestação de idiotice alastrada no organismo social”. FURTADO (1985), pp.222 e 223.

²⁰ Entrevista **Revista Econômica do Nordeste** (1997), p.376.

ainda estudante de economia em Paris, Celso Furtado dedicou-se ao estudo da economia colonial brasileira no período do açúcar²¹.

L'Économie Coloniale Brésilienne (XVI et XVII Siècle), tese doutoral defendida em 1948, na Faculdade de Direito da Universidade de Paris, sob orientação de Maurice Byé²², ainda que sem a presença de análises econômicas formais, traçava um paralelo entre a economia colonial açucareira do Nordeste e a das Antilhas Francesas (Guadalupe, Martinica etc.). Partindo da constatação das diferenças entre as formas de povoamento iniciais do Nordeste e das Antilhas – empresas açucareiras, investimentos de capitais fixos e mão-de-obra escrava no Brasil português e colonização de povoamento, com pequena produção de alimentos nas colônias francesas –, Celso Furtado chama atenção para o fato da introdução da cana-de-açúcar, nas ilhas, acompanhada do trabalho escravo e do latifúndio, ter provocado o desaparecimento do sistema da pequena propriedade. Segundo suas palavras, este estudo comparativo o teria ajudado “*a ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro*” e sua “*visão internacional da formação econômica brasileira começou com este exercício*”²³.

Não se imagine, no entanto, uma linha direta, um *continuum*, entre a tese doutoral e os ensaios historiográficos que, na década de 50, culminaram com o **Formação Econômica do Brasil**. Entre o estudo inicial e os trabalhos posteriores, mediando-os, há uma inflexão decisiva na carreira intelectual de Furtado: sua vinculação teórica e prática à **CEPAL**. Entre o interesse inicial pela história econômica, a

²¹ Entrevistas de Celso Furtado: **Democracia Viva** (1997), **Revista Econômica do Nordeste** (1997); **FURTADO** (1985), **LOVE** (1996).

²² Maurice Byé, economista francês e discípulo de François Perroux, lecionara na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro no início da década de 1940. Byé e Perroux – que também ensinara no Brasil (Universidade de São Paulo) e tivera uma tortuosa carreira intelectual, evoluindo do corporativismo ao estruturalismo econômico– antecederam a Raul Prebisch em influência na formação econômica de Furtado. Foi seguindo conselhos deste último, que Furtado inscreveu-se na Universidade de Paris para, sob sua orientação, elaborar a tese de doutorado em economia. **FURTADO** (1985) pp.18-19 e 28, **LOVE** (1997) pp.360-361.

²³ **FURTADO** (1985), p.28. A tese doutoral de Celso Furtado não chegou a ser publicada, no entanto, alimentou substancialmente os capítulos de **Formação Econômica do Brasil** que têm o açúcar e a colonização antilhana como objeto de discussão.

análise comparativa entre a economia colonial brasileira e a antilhana, e a elaboração do **Formação Econômica** estão a longa permanência na Diretoria da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL(1948-57), a estreita convivência com Raul Prebisch e seu keynesianismo, o contato com a teorização do subdesenvolvimento periférico em seu nascedouro e o intenso envolvimento com a análise econômica que buscava as razões do atraso dos países latino-americanos. Entre a tese doutoral e seu livro mais famoso há um espaço em que categorias de análise de extração cepalina, tais como, **relações centro-periferia, deterioração dos termos de troca, heterogeneidade estrutural periférica, tendência ao desemprego e a desequilíbrios estruturais** passaram a informar sua visão de mundo e sua consciência reformadora de economista. Este foi o tempo em que Celso Furtado pôde gestar as linhas de seu projeto capitalista de desenvolvimento autônomo para o Brasil, ancorado no mercado interno, na industrialização planejada e no papel ativo do Estado, e tecer a teorização do subdesenvolvimento que, no início dos anos 60, será apresentado como um processo histórico autônomo, produto da expansão capitalista e não um estágio pelo qual passaram, um dia, todas as nações desenvolvidas. Em outros termos, entre o ponto de partida –a tese doutoral– e o de chegada –**Formação Econômica**– há a conformação de uma consciência desenvolvimentista, sob a égide das proposições da CEPAL, e a gestação de um projeto nacional industrialista, que passaram a cobrar legalidade histórica. Caberá, entendo eu, à **Formação Econômica do Brasil** tal papel e desafio.

Logo depois de traduzir e divulgar, no Brasil, o famoso “Manifesto da CEPAL”, de Raul Prebisch²⁴, Celso Furtado publica, em março de 1950, um artigo na **Revista Brasileira de Economia**²⁵ – “Características Gerais da Economia Brasileira”– que, sem dúvida, pode ser apontado como o primeiro ensaio a trazer, em gérmen, algumas das idéias essenciais desenvolvidas no **Formação Econômica do Brasil**: a

²⁴ PREBISCH, (1950), “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”. **Revista Brasileira de Economia** (1950). Ver FURTADO(1985) pp.58-63. RODRIGUEZ (1981) Parte I.

²⁵ FURTADO, **Revista Brasileira de Economia** (1950).

lenta formação do mercado interno, a dualidade estrutural da economia brasileira, o mecanismo de socialização das perdas e a concentração da renda.

Denotando a influência das análises de Prebisch, quanto à dinâmica das **relações centro-periferia** e aos efeitos das **oscilações cíclicas** para os países agro-exportadores, Celso Furtado caracteriza a economia brasileira como **economia de tipo colonial** – em contraposição às **economias industriais** – vulnerável aos mecanismos responsáveis pela “*persistente piora na relação de trocas*”, pela “*elevação não menos persistente da taxa cambial*” e pela “*inflação crônica do meio circulante, motivada em grande parte por déficits orçamentários*”²⁶. Note-se que, já neste primeiro texto, Furtado evidencia certa originalidade, diferenciando-se de Prebisch, ao escolher uma categoria carregada de historicidade (**economia colonial**), em lugar de um conceito marcado por uma indelével dimensão sincrônica (**economia periférica**)²⁷. Seu objetivo é chamar a atenção para a perda histórica do poder de compra dos produtos primários e, principalmente, para os mecanismos perversos de transferência dos prejuízos internos dos setores exportadores para as massas consumidoras de produtos importados. Nascia aqui aquela que será uma das formulações centrais de sua teoria – o mecanismo de **socialização das perdas**²⁸. Não deverá ser outro o sentido destas afirmações:

²⁶ FURTADO (1950), p.7.

²⁷ A partir de 1956, Furtado não mais trabalhará com **economia colonial** como elemento conceitual de análise. Ao publicar, no México, o livro **Uma Economia Dependente** – uma versão sintética, com pequenas modificações formais, de seu primeiro livro **A Economia Brasileira**, de 1950 –, Celso Furtado passará a usar expressões tais como “economia primário-dependente” (p.29) ou “economia dependente exportadora (p.34), em lugar de “economia colonial”, preservando, entretanto, no plano do significado, a dimensão histórico-conceitual sugerida pela categoria de análise anterior. Cf. FURTADO (1956).

²⁸ Na análise do que cunhou como **mecanismo de socialização das perdas**, Celso Furtado estabelece relações entre as quedas nas exportações e as modificações nas taxas de câmbio e na pauta das importações. Em períodos de retração no mercado exportador, grupos cafeeiros, exercendo o papel hegemônico que detinham desde o final do século XIX, pressionam o governo brasileiro para desvalorizar a moeda, promovendo alterações cambiais. Este mecanismo fez com que a queda dos preços do café, em moeda forte internacional, fosse compensada pela maior quantidade de mil-réis que recebiam os fazendeiros, cuja renda e poder de compra manteve-se no plano interno. As perdas são, assim, repassadas às massas consumidoras nacionais, dependentes dos produtos importados, pelos quais passam a pagar preços mais altos.

“A economia de tipo colonial que prevaleceu no país até 1914 e que somente a partir da década passada vem sofrendo transformações substanciais, se baseia na exportação de uns poucos produtos primários e na importação de grande número de artigos de consumo, sobretudo manufaturas leves, como tecidos e alimentos semi-elaborados. Esse tipo de estrutura econômica facilita a transferência – através do mecanismo do câmbio – da perda resultante da piora na relação de troca, que se exerce secularmente, e das baixas bruscas dos preços dos produtos primários por ocasião das crises, dos reduzidos grupos exportadores para as amplas massas importadoras”²⁹.

Sua análise volta-se, então, para os traços que considera típicos da economia brasileira para, a partir daí, apreender a especificidade do processo de industrialização de um país de extração colonial.

Segundo Furtado, a economia colonial se caracterizaria, essencialmente, pela *“tendência à concentração de renda nas fases de prosperidade e à socialização das perdas nas fases de depressão”*, além da *“lentidão na formação do mercado interno”³⁰*. As razões deste processo deveriam ser buscadas na estrutura do mercado de força de trabalho que, ao longo da história, foi se constituindo de modo a garantir uma oferta de mão-de-obra continuamente elástica uma vez que, *“no Brasil cada ciclo de cultura substituiu outro em decadência, do qual se deslocava a mão-de-obra na proporção que se fazia necessária”* e *“para a cultura do café, cujo ritmo de expansão foi mais intenso, se deu começo à imigração em massa de mão-de-obra européia, dirigida pelos próprios empresários”³¹*.

Sem dúvida, Celso Furtado demonstra aqui a influência de Prebisch quanto à análise dos efeitos diversificados dos movimentos cíclicos para os países de capitalismo

²⁹ **Idem**, p. 8.

³⁰ **Idem**, p.11.

³¹ **Idem**, p.11.

central e periférico³². No entanto, diversamente do economista argentino, sua atenção volta-se, sobretudo, para a procura das determinantes históricas deste processo, para os efeitos dos ciclos nos diversos grupos sociais e suas conseqüências para o mercado interno.

As transformações da economia colonial, Celso Furtado vai buscá-las no quadro dos desequilíbrios e transtornos que afetam o Brasil ao final do século XIX: “a) depressão profunda e duradoura dos preços dos produtos primários: o preço ouro do café se reduziu em mais de 50% entre 1890 e 1899; b) elevação inusitada da taxa cambial, perdendo a unidade monetária brasileira cerca de 60% de seu valor externo, em 10 anos; c) grande expansão do meio circulante: de 211 para 780 milhões de cruzeiros, entre 1889 e 1897; d) inflação de crédito e especulação de títulos sem precedentes: entre 1890 e 1891 são autorizadas a funcionar 200 novas empresas, inclusive 37 bancos, com capital global de 3 mil milhões de cruzeiros – 4 vezes o capital de todas as sociedades existentes ao término do decênio anterior”. Segundo Furtado, abrem-se neste cenário histórico adverso as condições para

³² Segundo as análises clássicas da **teoria Prebisch-CEPAL**, a deterioração dos termos de intercâmbio dos países subdesenvolvidos no comércio internacional ocorre, particularmente, em função das flutuações cíclicas do capitalismo. Durante as fases de expansão e crescimento da economia, os preços dos produtos primários chegam a aumentar mais do que os preços dos artigos industriais, porém caem com mais intensidade nas fases de declínio do ciclo. Essa queda é tão acentuada que os preços das exportações primárias perdem, na fase de depressão, muito mais do que haviam ganho na etapa de expansão do ciclo. Segundo Octávio Rodriguez, em seu livro **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**, “Esse comportamento dos preços e a tendência que dele deriva são influenciados pela maior capacidade da força de trabalho dos países centrais para conseguir aumentos de salários ou evitar sua compressão – capacidade essa que se deve à sua maior escassez relativa e à sua melhor organização sindical. Em igual sentido atuam as vantagens com que contam os empresários dos países industriais para proteger o nível de seus lucros em comparação com os empresários da periferia, não apenas por que estes operam de forma mais atomizada, mas sobretudo porque a produção que realizam ocupa as primeiras etapas do processo produtivo. A demanda dos bens primários da periferia é derivada e dependente de bens finais das economias do centro, de tal modo que os empresários desse tipo de economia se encontram numa posição que lhes possibilita, nos minguentes cíclicos, pressionar aqueles que os precedem na cadeia da produção, até que a queda dos preços monetários dos bens primários que adquirem– e, por trás desta, o declínio dos lucros e/ou dos salários da periferia– lhes permita restabelecer condições satisfatórias de rentabilidade”. RODRIGUEZ (1981), pp.41-42.

criação do primeiro núcleo industrial no país, porém muito mais como “*um recurso de sobrevivência que um mecanismo de expansão*”³³.

O que se vê, a partir de agora, é a primeira manifestação do que ficou conhecida como a **teorização do processo de industrialização por substituição de importações**: a *via colonial* para a industrialização da periferia americana do capitalismo, processo particular dos países subdesenvolvidos, cuja teorização é, sem dúvida, a mais importante contribuição intelectual de Celso Furtado:

“I. O processo de contínua depreciação da moeda nacional teria como conseqüência a formação de uma barreira contra a introdução no país de uma parte crescente das importações, fazendo imperativa a fabricação dentro do país de certos artigos indispensáveis à subsistência da população.

II. Ainda que se processasse apenas em extensão o crescimento da economia nacional, o grande desenvolvimento da cultura do café, à base de mão-de-obra livre, em fins do século passado, acelerou a formação de um mercado interno de baixo poder de compra unitário, mas bastante amplo.

III. O baixo custo da mão-de-obra e as facilidades de obtenção de certas matérias-primas, farão surgir, dirigidas por estrangeiros e com capitais alienígenas, algumas indústrias leves destinadas à elaboração de matérias-primas e alimentos destinados aos mercados externos. É o caso dos frigoríficos.

IV. Os elevados arrancéis aduaneiros – fonte principal dos réditos públicos – a mão-de-obra barata e outros fatores, induzirão progressivamente

³³ **Idem**, p.13.

algumas indústrias estrangeiras a instalar no país oficinas destinadas a realizar etapas finais do processo de manufatura”³⁴.

Segundo Furtado, estas indústrias teriam sido a primeira atividade econômica de grande vulto desenvolvida em função do mercado interno brasileiro.

Não se deve entender, no entanto, a partir do que antes foi dito, que estas transformações pudessem ser explicadas tão somente pelo jogo das forças internas. Segundo Furtado, a **crise de 1929** desempenhou papel fundamental nas mudanças verificadas na economia brasileira, a partir dos anos 30, a ponto de ser considerada um momento de inflexão, o término de uma fase evolutiva. No entanto, adverte, “*não que [a economia brasileira] tenha então passado de colonial a industrial, e sim porque tendo atingido o ponto máximo de expansão dentro de uma determinada estrutura, viu-se na impossibilidade de continuar a expandir-se dentro dessa estrutura. Até então o setor colonial havia absorvido direta ou indiretamente [...] a massa das inversões*”³⁵. A indústria havia surgido como uma alternativa ao país que vivia a contradição de ter o seu poder de compra externo deteriorado e o padrão de vida da população em crescimento constante. A necessidade de reduzir as importações de manufaturas, em razão do baixo desempenho nas exportações, teria dado o impulso decisivo à produção nacional.

Pari passu à construção de seu projeto de desenvolvimento, Celso Furtado procurou forjar a identidade **nação-indústria**. E a primeira manifestação desta sua estratégia pode ser identificada, também, no texto de 1950. Nas análises sobre os efeitos do desenvolvimento industrial no Brasil, Furtado lembra, a certa altura, o caráter cíclico da economia brasileira que, entre outras conseqüências, teria propiciado a “*amplas regiões do país permanecerem povoadas, constituindo núcleos econômicos mais ou menos independentes*”. Fundamentais para a política de dominação

³⁴ **Idem**, pp.13-14.

³⁵ **Idem**, p.23.

metropolitana, durante a fase colonial, estes “núcleos permanecerão autônomos depois da independência: antes ligados a seus mercados compradores e provedores europeus, que uns aos outros”. O risco de desintegração nacional, alimentado pela dispersão e isolamento da economia, pôde ser evitado no século XIX pela “continuidade do poder real e a estabilidade social decorrente do regime de escravidão”, mas não efetivamente conjurado, pois faltava “um vínculo interior econômico, que ligasse solidamente suas diversas partes”. Exemplos eloqüentes desta ameaça, as “numerosas revoluções, cuja cadeia se prolongou até 1932,” assombraram a nação com o espectro separatista³⁶.

A identidade **nação-indústria** pode ser surpreendida no texto no momento em que a análise destaca a função integradora da industrialização, capaz de unir o país em um só mercado, fundindo as diversas regiões agrícolas, conectadas com o exterior, mas irremediavelmente isoladas umas das outras. Para Furtado, o “Brasil, ao entrar em sua nova fase de desenvolvimento econômico, não só encerrava seu ciclo colonial, mas ainda fundia todos os ‘ciclos’ anteriores em uma unidade econômica integrada, e concluía o processo histórico de sua formação nacional”³⁷.

Alguns anos depois, em 1954, quando presidia o Grupo Misto de Estudos Econômicos, criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e pela CEPAL (BNDE/CEPAL), Celso Furtado publica seu primeiro livro, **A Economia Brasileira (Contribuição à Análise do seu Desenvolvimento)**³⁸. Trata-se de um

³⁶ **Idem**, pp.31-32.

³⁷ **Idem**, p.31.

³⁸ Em sua trilogia memorialística, Celso Furtado lembra que a publicação d’**A Economia Brasileira** não foi bem recebida na CEPAL. Em suas declarações encontram-se críticas à posição de Prebisch no período, considerada “demasiado alinhada à ortodoxia local, dando excessiva ênfase ao problema da estabilidade, como se esta pudesse ser isolada para tratamento especial”, e ao crescimento de um grupo dentro da CEPAL, que lutava para modificar a orientação da instituição. Refere-se ele aqui, particularmente, ao período em que Raul Prebisch, mesmo a frente da CEPAL, passou a colaborar com a junta militar argentina, responsável pela deposição de Perón. Confrontado com um quadro de intensa pressão inflacionária e crise aguda da economia argentina, Prebisch recomenda medidas ortodoxas para enfrentar os problemas, levando para dentro da CEPAL o debate entre monetaristas e estruturalistas. Segundo Furtado, Prebisch, “Ao invés de partir do reconhecimento da nova realidade social, em que a classe trabalhadora ocupava um amplo espaço, o novo discurso dava a entender que as conquistas sociais eram a causa dos males que acabrunhavam o país, que o combate à inflação passava pela restauração do antigo padrão de distribuição de renda” (p.182).

conjunto de ensaios em que analisa as categorias fundamentais do processo histórico do crescimento econômico, a unidade colonial exportadora escravocrata, a passagem para uma nova dinâmica da economia colonial dominada pelo café, a crise deste sistema de produção que possibilitou a transição para a indústria e esboça, ainda, uma formulação teórica sobre a problemática do subdesenvolvimento.

Neste trabalho pode-se enxergar mais nitidamente o será, alguns anos depois, o **Formação Econômica** pois, como bem observa Ricardo Bielschowsky, “*Formação Econômica do Brasil corresponde ao Economia Brasileira destituído desses capítulos mais abstratos, modificado em algumas partes e acrescido de alguns capítulos*”³⁹. Sem dúvida, a afirmação procede pois, no **Formação**, as formulações mais importantes, correspondentes à economia de transição para o trabalho assalariado, ao colapso da economia cafeeira e à sua passagem para a industrialização, encontram-se já integralmente elaborados em **A Economia Brasileira (cap. III e IV)**⁴⁰. Procede, portanto, a idéia de se analisar, aqui, os

Como consequência deste processo, a direção da CEPAL publicou um conjunto de normas para regulamentar a publicação dos trabalhos pessoais de seus membros. Dois anos depois, após ter presidido um grupo de trabalho sobre a situação econômica do México, Celso Furtado retirou-se da CEPAL.

Carlos Mallorquin, autor da tese **La Idea del Subdesarrollo: el Pensamiento de Celso Furtado**, elaborada na Universidade Nacional Autónoma do México, lembra que, “La causa de la desazón originada por el texto de Furtado fue que en él se plasmaron ideas que iban más allá de la tesis de Prebisch a favor de la industrialización como consecuencia del deterioro que sufren los términos del intercambio de los países periféricos respecto los industrializados. En otras palabras, ciertos conceptos allí expresados subvirtieron algunos de los principios tanto de la economía convencional como del discurso elaborado por Prebisch.

De paso, cabe señalar que [...] entre los años 1954-56 los escritos tanto de Furtado como de Juan Noyola iniciaron el desarrollo de conceptos que posteriormente se configurarán en nociones que participarán del enfoque ‘estructuralista’; esto quiere decir que los conceptos que allí emergieron se adelantaron en el tiempo a las nociones ‘cíclicas’ que por esse entonces aún predominaban en la obra de Prebisch”. MALLORQUIN (1997), p.8.

³⁹ BIELCHOWSKY (1989), p.41.

⁴⁰ Reeditar ensaios com pequenas mudanças, em diversas publicações, foi uma prática largamente utilizada por Furtado. Atestam isto, por exemplo, **Uma Economia Dependente** (1956), que reproduz com ligeiras variações formais os capítulos II, III e IV de **A Economia Brasileira**, ou, ainda, **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento** (1961), que trás o capítulo “Formação Teórica do Problema do Crescimento Econômico”, também contido, originalmente, em **A Economia Brasileira**. Além de Ricardo Bielschowsky, outros comentadores chamaram a atenção para este traço da personalidade intelectual de Furtado, dedicando-se à análise das variações textuais entre as diversas publicações. Refiro-me, particularmente a José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves, autor do prefácio da edição de 1983 de **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico** e a Carlos Mallorquin. GONÇALVES (1983) e MALLORQUIN (1993).

elementos que permitam esclarecer alguns dos caminhos teóricos trilhados por Furtado e cujas pistas apagaram-se no texto definitivo.

Logo às primeiras páginas do prefácio, a marca da originalidade: para além dos dados quantificáveis e dos grandes números, o desafio de trabalhar com os fenômenos complexos que constituem o processo da vida social; a preocupação de Furtado com os contornos da totalidade, definidos pela história. Não pode ser outro o entendimento de sua afirmação: *“Depois de haver, durante anos, manuseado dados concretos relativos a todos os aspectos da economia brasileira, propusemos abandonar por uns momentos esse maremagno de estatísticas, e tentar ver o processo em seu conjunto”*⁴¹. Encontra-se aí, também, um dos raros momentos em que Furtado permite manter, à vista dos leitores, os andaimes de sua construção analítica ou, em outras palavras, a explicitação do método.

Trabalhando com a construção de modelos, de largo sabor weberiano, Furtado realiza recortes no passado histórico brasileiro, de modo a privilegiar momentos determinados e construir, a partir de escolhas significativas, uma periodização singular, capaz de iluminar o lento processo de constituição histórica do subdesenvolvimento no Brasil – os períodos colonial escravocrata e colonial com base no trabalho assalariado, a etapa de rápidas transformações após a depressão de 29 e, finalmente, a fase de profundos desequilíbrios introduzidos no sistema econômico, a partir da crise do setor colonial. Trata-se, segundo suas palavras, de uma proposta de análise sustentada pela

“reconstituição da realidade através da caracterização de uma série de pontos estratégicos. Não nos interessa reproduzir aquilo que sucedeu em um dado momento histórico senão como elemento subsidiário que esclarece a forma como funcionava o sistema. É o mecanismo mesmo desse sistema que nos preocupa. Como se forma o fluxo de renda em cada um dos sistemas

⁴¹ FURTADO (1954), p.14.

econômicos que se sucederam no território do país, isto é, como se agregam os fatores produtivos para criar essa massa de bens e serviços que é o lastro da vida social. Como é distribuída e utilizada essa massa de bens e serviços e que conexões existem entre o processo de utilização e aquele da produção. Dessa forma reconstituímos em abstrato as linhas básicas dos distintos sistemas econômicos brasileiros e, observando o seu funcionamento, tentamos comprovar as possibilidades reais de expansão de cada um deles”⁴².

Na formatação do quadro teórico de referência, com o qual a realidade é confrontada, o eixo básico é o conceito de **economia colonial** que, como se sabe, não sobreviverá além desta publicação, substituído nos próximos trabalhos por variantes tais como **economia dependente exportadora**, **economia subdesenvolvida** que, no entanto, preservarão muito do sentido original. Pode-se especular sobre o caráter desta mudança, apenas formal segundo meu entendimento, pois Celso Furtado não a discutiu ou justificou. Não será, entretanto, de todo arbitrário ponderar-se que, no intuito de consolidar uma construção teórica original, a serviço da análise de fenômenos históricos específicos – o subdesenvolvimento capitalista periférico –, coubesse também a preocupação com uma terminologia capaz de veicular, de um modo mais preciso, a inovação analítica.

Mas, o que Furtado entendia por **economia colonial**? Desvinculando de toda e qualquer referência ao estritamente político, o conceito identifica, especificamente, um sistema econômico carente de dinamismo interno – “*que não pode crescer senão por indução do crescimento de um outro sistema, melhor ainda, àquele que não é capaz de criar o seu próprio impulso de crescimento*” – e completamente subordinado à dinâmica dos mercados internacionais – “*a produção em uma economia colonial só chega a completar-se economicamente quando a mercadoria produzida é exportada*”. Dado este quadro, as possibilidades de transformação,

⁴² **Idem**, pp.14 –15.

rumo a um novo sistema ou mesmo à atrofia do então existente, só ocorreriam quando estivessem esgotadas as potencialidades de crescimento a partir da dinâmica dos mercados externos⁴³. O que se insinua, aqui, é a idéia de construção do **nacional** – tido o **colonial** como referência antitética – como algo que, ultrapassada a concepção estritamente política de soberania do Estado, tem como ponto vital a interiorização da dinâmica do processo econômico, cujo pressuposto é o surgimento de um amplo e sólido mercado interno. Isto permite entender por que Furtado, preocupado em distinguir as raízes do subdesenvolvimento no país, reserva em suas análises um lugar estratégico à economia de subsistência e destaca, enfaticamente, os fatores de estagnação dos diversos sistemas econômicos, que se sucederam ao longo da história do Brasil, como impedimentos estruturais à constituição de um mercado interno e obstáculos à distribuição de renda no país.

No **Economia Brasileira** podem ser surpreendidas, ainda, as primeiras formulações teóricas a respeito do subdesenvolvimento e dos mecanismos internos de funcionamento das áreas capitalistas periféricas, que alicerçam a construção da leitura da história econômica do Brasil. Afastando-se da visão sincrônica de Prebisch, focada primordialmente nos mecanismos do grande comércio internacional responsáveis pela deterioração dos termos de troca dos países periféricos⁴⁴, Celso Furtado direciona sua análise para as formas assumidas pela ocupação do continente americano pelos europeus, procurando aí as razões históricas do atraso. E, embora se possa flagrar aqui seu interesse pela conformação heterogênea das economias subdesenvolvidas –setores exportadores dinâmicos convivendo, lado a lado, com estruturas arcaicas, voltadas para a subsistência –, percebe-se que sua leitura priorizará, no entanto, a inexistência do mercado interno como o signo, por excelência, do atraso capitalista estrutural e periférico.

⁴³ **Idem**, p.15.

⁴⁴ **PREBISCH** (1950).

Distinta da colonização comercial – onde “*a colônia era um simples entreposto para facilitar a penetração do comércio*” –, a colonização da era industrial está ligada às necessidades de matérias primas das áreas industriais, implicando nas “*exportações de capital e técnica e na utilização dos fatores locais constituídos pelos recursos naturais e humanos*”, e, dependendo das condições, também na exportação de força de trabalho. A preexistência de população ou de uma economia local faz com que surja “*uma segunda economia*” e tenha “*início um processo de absorção da preexistente*”⁴⁵, que terá graus diversos de intensidade, dependentes da propagação dos estímulos externos. Nasceria aqui um dos elementos conformadores do subdesenvolvimento, segundo a leitura tipicamente cepalina de Furtado: a heterogeneidade econômica estruturalmente constituída pela coexistência de um setor moderno, ligado aos mercados exteriores, com uma vasta área de produção para subsistência, além de toda a sorte de entraves ao desenvolvimento do mercado interno, elemento dinamizador, por excelência, do desenvolvimento auto-sustentado.

Não se deve esperar, no entanto, a tendência ao crescimento do núcleo dinâmico, de modo a absorver a economia estacionária pois, “*a colonização nem sempre dá início a um processo continuado de desenvolvimento*”. E a razão disto é a especificidade da dinâmica colonial, já que “*o núcleo criado pela imigração de capital e técnica não apresenta as mesmas características de uma economia industrial autônoma*”⁴⁶. Celso Furtado refere-se aqui à dinâmica histórica que, subordinando as áreas periféricas à região metropolitana, faz com que as melhorias técnicas e os decorrentes aumentos de produtividade nas empresas coloniais não sejam incorporados à “*renda nacional*” da colônia mas, sim, da metrópole. Deste modo, o “*aumento da produtividade no núcleo industrial de natureza colonial não é, portanto, necessariamente, um elemento dinâmico tendente a absorver a economia estacionária preexistente*”⁴⁷.

⁴⁵ FURTADO (1954), pp.51-52.

⁴⁶ *Idem*, p.55.

⁴⁷ *Idem*, p.56.

A especificidade da dinâmica colonial – o caráter dependente e subordinado de sua configuração histórica – revela-se, igualmente, ao modelar o processo de formação de capital e o custo relativo dos fatores. Discutindo a orientação das inversões de capital, Celso Furtado, mostra que as possibilidades de investimentos restringem-se ao setor exportador ou, em alguns casos, à colocação de capitais no exterior. Segundo suas palavras,

“O empresário colonial tem um campo de ação muito mais limitado. Devendo interverter no setor exportador, ele terá que escolher entre alguns produtos primários. Ocorre, ademais, que ele tem contra si a dinâmica da procura destes produtos primários. Quase sem exceção, essa procura é pouco elástica em função dos aumentos de renda nos países importadores. Podem aumentar bastante os gastos dos consumidores norte-americanos sem que a procura de açúcar e banana apresente alterações sensíveis. Em condições como essas, compreende-se que o empresário colonial recorra ao mercado de capital da metrópole para aplicar seus lucros. Dessa forma, a economia colonial perde todo impulso de crescimento”⁴⁸.

Com isto Celso Furtado pretende demonstrar que a formação de capitais na economia colonial periférica não segue, de modo autônomo, seus impulsos internos e que os estímulos aos investimentos não expressam os movimentos e perspectivas de gastos realizados dentro da economia. Dependente da dinâmica externa, a economia colonial encontra sérios obstáculos a um crescimento contínuo, sustentado, tão somente, pela expansão das exportações de bens primários, de procura inelástica nos mercados mundiais. Neste aspecto, a economia colonial não seria, propriamente, um sistema econômico, mas parte subordinada, dependente de um sistema mais amplo.

O passo seguinte é a análise dos mecanismos econômicos da economia colonial escravocrata brasileira, dos séculos XVI e XVII, segundo a ótica da leitura de

⁴⁸ *Idem*, p.62.

Furtado do capitalismo periférico, ou seja, a inexistência do mercado interno como elemento dinâmico da economia.

Segundo Celso Furtado, a colonização do Brasil baseou-se na agricultura tropical do açúcar, tendo a grande unidade produtora escravista como eixo dinâmico. E nesta estrutura,

“Todos os fatores de produção eram de propriedade do empresário, e a remuneração dos mesmos poderia ser considerada como gastos fixos. Sendo assim, as oscilações nos preços de venda e mesmo na escala de produção, afetavam apenas a remuneração do empresário, isto é, a massa de lucros. Numa economia desse tipo inexistente, como expressão econômica, o mercado interno”⁴⁹.

Tomada a economia industrial como ponto de referência, Furtado analisa os efeitos dos investimentos na economia colonial escravocrata. Enquanto na primeira *“a inversão faz crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma”*, pois *“a inversão se transforma automaticamente em pagamento a fatores”*, na segunda os investimentos aumentam *“o ativo do empresário”*, sem, no entanto, criar *“um fluxo de renda monetária”*. De forma semelhante comportavam-se os gastos de consumo, pois se uma parte significativa deles era realizada no exterior através de importação de bens de consumo, uma outra *“consistia na utilização da força de trabalho escravo na prestação de serviços pessoais. Neste último caso, o escravo se comportava como um bem durável”*. E sua conclusão, afinal, é a de que sendo *“a totalidade dos fatores de produção [...] propriedade do empresário, a renda monetária criada no processo produtivo revertia no todo às mãos desse empresário”⁵⁰.*

⁴⁹ **Idem**, p.72.

⁵⁰ **Idem**, pp.74 a 76.

Todas estas colocações têm um objetivo claro: evidenciar a impossibilidade de crescimento, entendido como transformação, da estrutura econômica colonial. O que Celso Furtado tem em mente é demonstrar que, enquanto houvesse uma expansão da procura do açúcar no mercado internacional, além de uma oferta interna elástica de mão-de-obra e terras, a economia colonial poderia se expandir sem, no entanto, modificar-se estruturalmente, pois não existia qualquer “*possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo desse lugar a um processo de desenvolvimento de auto-propulsão*”. E isto porque a estrutura colonial não abria espaço à inversão dos lucros em “*obras reprodutíveis ligadas ao mercado interno*”, uma vez que a “*procura monetária interna se limitava aos gastos da classe proprietária, gastos esses que eram expedidos no exterior, seja diretamente através da importação de bens de consumo seja indiretamente mediante a importação de força de trabalho para prestar serviços pessoais*”⁵¹.

2. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA E OS ANOS 30: UMA QUESTÃO DE RAÍZES

Viu-se, anteriormente, que, até meados dos anos 50, Celso Furtado acomodou em sua bagagem intelectual o doutorado na França, sobre a economia colonial açucareira; a experiência como integrante da primeira equipe de economistas que, sob liderança de Prebisch, construiu a CEPAL e transformou o capitalismo periférico em objeto de um esforço de teorização particular; a publicação de artigos e de um livro onde a temática do subdesenvolvimento, tendo o processo brasileiro como referência central, começou a ganhar corpo com a teoria da industrialização por substituição de importações, a partir da análise dos mecanismos econômicos de socialização das perdas e da formulação da identidade entre indústria e nação. Restava, ainda, por vir a experiência dos seminários no *King's College*, em

⁵¹ *Idem*, p.78.

Cambridge, o “santuário keynesiano”, para onde Furtado, depois de licenciar-se da CEPAL, dirigiu-se, ao final de 1957, para estágio de alguns meses. Lá entraria em contato direto com os discípulos de Keynes e os debates teóricos a respeito do desenvolvimento e dos problemas de distribuição de renda, de modo a reciclar seu keynesianismo, originalmente absorvido das fontes da CEPAL⁵².

Formação Econômica do Brasil sintetiza toda esta trajetória: o ponto de chegada de um caminho percorrido durante uma década e em cujas extremidades estão, de um lado, a transformação de uma sensibilidade para história em um instrumento intelectual de compreensão de processos econômicos e de fundamentação ideológica para um projeto nacional, e, de outro, a vivência acadêmica internacional dos debates que atualizaram as categorias keynesianas de abordagem dos problemas de desenvolvimento⁵³. E de permeio, a experiência como membro da equipe de Prebisch na CEPAL, na fase mais promissora da instituição, quando foram lançadas

⁵² “No King’s College, em pleno santuário keynesiano, Furtado pôde mergulhar nas grandes questões teóricas da dinâmica econômica, num momento de particular fertilidade dos célebres membros daquela comunidade acadêmica. Lá estavam todos os principais discípulos, colaboradores, interlocutores e mesmo antagonistas de Keynes, como Kaldor, Joan Robinson, Meade, Kahn, Pierro Sraffa, Garegnani, Pigou, ruminando as grandes questões da teoria econômica. Kaldor desenvolvia um modelo keynesiano de crescimento, dando uma certa ênfase às questões de distribuição de renda, que seriam bastante valorizadas na obra de Furtado, enquanto Sraffa tentava, em **Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias**, equacionar um dos maiores enigmas da teoria econômica contemporânea, qual seja, determinar um padrão invariável de valor por meio do instrumental neo-ricardiano”. MANTEGA (1989), p.34.

⁵³ Em **Fantasia Organizada**, Celso Furtado lembra o convite feito por Kaldor, no México, para o estágio de um ano em Cambridge, o seu interesse pelo campo da teoria da distribuição e, particularmente, seus objetivos na temporada no *King’s College*. No documento encaminhado à Fundação Rockefeller, com um pedido de bolsa, afirmava: “*Meu principal objetivo é trabalhar no campo da dinâmica econômica, com especial referência à teoria do subdesenvolvimento. Isto implica reconsiderar os enfoques clássico, neoclássico e keynesiano da teoria da produção, da distribuição da renda e do comércio internacional e um esforço suplementar para observar os resultados das pesquisas recentes, particularmente as que se referem à construção de modelos dinâmicos*” (p.197). Em outra passagem refere-se aos seus primeiros contatos acadêmicos com as formulações de Kaldor: “*Foi numa das sessões do seminário de Sraffa, que tinha lugar na antiga **Marshall Library**, que foi apresentado pela primeira vez o ‘modelo de crescimento econômico’ de Kaldor. Aí se introduz uma ‘função de progresso tecnológico’ que relaciona a taxa de crescimento do estoque de capital por trabalhador com a taxa de crescimento da produtividade da mão-de-obra. Esse modelo permitia introduzir a distribuição da renda, como elemento exógeno, em sua dinâmica. O impacto foi considerável, tanto sobre discípulos, como em adversários e rivais, e não havia ninguém em Cambridge que não se incluísse em uma dessas categorias*” (p.203). FURTADO (1985).

as bases para a teorização do subdesenvolvimento e para o projeto de defesa institucional de industrialização da América Latina.

Como nasceu o **Formação Econômica Brasileira**? Em **Fantasia Organizada**, Celso Furtado dedica um capítulo especial e parte de um outro às circunstâncias que envolveram a elaboração do livro. Nos fatos que sua memória seleciona e oferece como experiência vivida, encontra-se curiosamente a presença do acaso e dos incidentes do destino. O imprevisto, o acontecimento fortuito, que rondou a publicação do livro, como se viu antes, teria igualmente presidido seu nascimento pois, segundo suas palavras:

*“Ao sair do Rio, um editor insistira comigo em republicar **A Economia Brasileira**, cuja primeira edição fora financiada por mim mesmo e tivera escassa circulação. Neguei autorização, pois considerava o livro uma obra de circunstância, reunião de coisas heterogêneas; mas prometi que consideraria a hipótese de reescrevê-lo, destacando a parte sobre o Brasil para publicação autônoma. O avião da Panair em que viajei para Londres teve um acidente ao baixar em Recife, onde fazia escala, obrigando-me a permanecer dois dias nessa cidade. Perambulando pelas ruas para rever os locais que freqüentava quando era aluno do Ginásio de Pernambuco, entrei na velha livraria Imperatriz. Entre os livros que adquiri estava uma reedição recente de **História Econômica do Brasil** de Roberto Simonsen, que havia lido dez anos antes. Folheando esse livro e detendo-me na massa de informação quantitativa que contém sobre o período colonial, veio-me a idéia de tentar a elaboração de um modelo de economia do açúcar a meados do século.*

*Foi dessa idéia que surgiu a **Formação Econômica do Brasil**, redigida entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958 nas ‘sobras de tempo’ que ia furtando ao festival do debate teórico. O método era o mesmo, que utilizara*

em trabalhos anteriores: aproximar a História (visão global) da análise econômica; extrair destas perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História”⁵⁴.

Existe aqui uma sugestiva indicação de um caminho para análise, que faz jus a algumas tendências contemporâneas da historiografia que trazem a subjetividade do agente individual para o campo da história, atribuindo-lhe legalidade teórico-analítica⁵⁵. Refiro-me à possibilidade de trabalhar com o sentido das escolhas que a memória de Celso Furtado faz do passado, com o significado que o inesperado e o fortuito ganham nas lembranças deste sujeito histórico que pautou sua vida como intelectual e planejador racional, como cético admirador do positivismo, pelo menos nos primórdios de sua formação. Fica aberto, assim, o caminho para a compreensão do papel que ele próprio desempenhou na construção da aura de intelectual nacionalista e reformador que o cerca contemporaneamente, e que pode ser notado, sobretudo, em sua autobiografia. Nela fica evidenciada a consciência, *a posteriori*, da importância de sua atividade política e ideológica; do lugar de destaque ocupado por **Formação Econômica do Brasil**, no contexto de sua obra e de seu projeto desenvolvimentista, e do papel, por ele desempenhado, na interpretação do Brasil contemporâneo.

No entanto, o fio que se pretende puxar, agora, é o que articula a trama das primitivas influências e das interlocuções do pensamento de Celso Furtado com o amplo movimento intelectual que, gestado no Brasil a partir dos anos 30, impregnou profundamente a ciência social e a historiografia nacionais. O que se quer investigar é a dimensão da importância que tal produção tem para suas concepções e que bem pode constituir um substrato essencial, algo como uma base de sustentação para suas conhecidíssimas formulações cepalino-keynesianas. Influências e interlocuções não consideradas pelos inúmeros analistas e comentadores da obra de Furtado, que a

⁵⁴ **Idem**, pp. 204 e 205.

⁵⁵ A propósito ver **LE GOFF** (1996).

vêm única e tão somente no contexto do ideário latino-americano desenvolvimentista da CEPAL. Se esta é, obviamente, uma determinação reconhecidamente essencial, não há, no entanto, por que não se indagar por raízes que, muito mais profundamente, podem prendê-la a certas tradições do pensamento social brasileiro da década de 30. Neste sentido, é bastante sugestiva a seleção feita pela memória de Celso Furtado que, ao privilegiar o livro de Roberto Simonsen, fornece uma pista muito importante, por onde a análise pode, por ora, prosseguir.

Como é sabido, a iniciativa de articular uma história econômica do Brasil não foi primazia de Furtado. Muitas décadas antes, ainda na Primeira República, em 1923, tem-se notícia da publicação, no Rio de Janeiro, do livro **Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil**, de João Lemos Brito. Provavelmente a primeira tentativa de sistematização geral da trajetória histórico-econômica do país.

O pioneirismo da iniciativa não escapa ao autor que, no Prefácio à 1ª edição, observa que, “*Se a história do Brasil ainda está por escrever na sua parte mais atraente e mais fácil, a dos acontecimentos políticos, apesar dos notabilíssimos ensaios dos Capistrano e dos Rocha Pombo, dos Vieira Fazenda e João Ribeiro, dos Araripe e Teodoro Sampaio, dos Varnhagen e barão de Studart, dos Melo Moraes e Felisbello Freire, dos Pereira da Silva e tantos outros historiadores antigos e modernos, a econômica estava pedindo, e continua a pedir, o seu historiador paciente, arguto e que tenha por si as garantias imprescindíveis da tranqüilidade de espírito, sem a qual todo o esforço acabará disperso e fragmentado*”⁵⁶.

Da obra projetada para 3 volumes (Colônia, Império e República), apenas o primeiro chegou a ser publicado. Abarcando o largo período que vai do século XV – onde são analisadas as “*causas da despreocupação de Portugal pela sorte da*

⁵⁶ BRITO (1923), “Duas Palavras (da primeira edição)”. Não consta o n.º da página. Na transcrição deste texto, fiz a atualização ortográfica.

lavoura no Brasil colonial”- ao século XIX – em que o foco “*são as relações econômicas entre Brasil e Portugal em 1822*” –, o trabalho tinha um claro propósito: demonstrar que a destinação agrária do país poderia ser desentranhada de suas raízes históricas mais profundas. O que se percebe é que a continuidade frente à tradição não se limita, tão somente, aos propósitos de reafirmar o agrarismo das elites conservadoras. O caráter ensaístico do livro, a quase completa ausência de dados quantitativos, de estatísticas e de fontes primárias, o pequeno apreço pelas análises do processo de produção e circulação, o viés étnico-racial, as formulações impressionistas e a retórica bacharelesca, vinculam-no, sem dúvida, ainda, ao perfil historiográfico, então hegemônico, alimentado pelo Instituto Histórico Geográfico Nacional. O que se pode perceber é que a preocupação pioneira com a história econômica não consegue ser acompanhada, ainda, por uma inovação efetiva, seja na construção teórica, seja nos explicitados propósitos. A viabilização da novidade terá que aguardar alguns movimentos decisivos da formação social brasileira, a partir da terceira década do século XX⁵⁷.

Como se verá, a seguir, os historiadores brasileiros não serão os primeiros a empreenderem uma sistematização geral e inovadora da história econômica do país, amparada em farta documentação primária, dados quantitativos, índices estatísticos, e a buscarem o sentido das formas da produção econômica e os vínculos entre as flutuações econômicas mundiais e as ondulações cíclicas da economia nacional⁵⁸. As produções pioneiras, desta natureza, terão que ser procuradas fora do país.

Em 1928, surge, em Lisboa, o livro do historiador português João Lúcio de Azevedo, **Épocas de Portugal Econômico – Esboços de História**. Este trabalho, que segundo suas palavras obedece “*ao conceito materialista, não único, mas*

⁵⁷ A respeito da produção historiográfica no Brasil, na área da História Econômica, consultar RODRIGUES (1978), que traz um amplo levantamento bibliográfico sobre o tema (pp. 168, 169).

⁵⁸ Estas observações dizem respeito a formulações que tinham como propósito uma caracterização global da história econômica brasileira. Análises pontuais, circunscritas a uns tantos aspectos ou setores da economia, notadamente o das finanças e o açucareiro, são abundantes na historiografia brasileira desde o final do século XIX. Nela se destacam os trabalhos de Castro Carreira, Amaro Cavalcanti, Leopoldo Bulhões, Pandiá Calógeras, Capistrano de Abreu, Vítor Viana, Afonso d’E. Tauny, entre outros. RODRIGUES (1978), pp.167 a 169.

certamente indispensável para a compreensão da história”, não tem o Brasil como foco central, pois seu objetivo é “*esboçar as correntes econômicas*” que dominam a história de Portugal, uma vez que não é “*sem interesse indagar por que preço pagou as suas glórias, e quais os efeitos delas nas condições gerais do país*”⁵⁹. No entanto, ao tratar, em amplo painel, da organização da história econômica portuguesa, de sua origem, no século XIII – “*A Monarquia Agrária*” –, ao período da decadência e da hegemonia inglesa, no século XIX – “*No signo de Methuen*” –, seu autor se detém, longamente, na estruturação econômica da colônia na América portuguesa.

Para se ter uma idéia da abordagem realizada por J.L. Azevedo, encontram-se nos estudos sobre o descobrimento da rota marítima para a Índia, durante o expansionismo da Casa de Avis, referências ao “*ciclo da pimenta*” - “*de todos os produtos buscados, [o] mais abundante e de maior consumo*” e, portanto, o mais precioso para o mercantilismo⁶⁰ português - ao que se segue, logo após, o “*primeiro ciclo do ouro*”, alimentado pelas descobertas nas costas da África. Aliás, esta, também, uma experiência de curta duração, uma vez que, já na segunda década do século XVI, apresentava os evidentes sinais de esgotamento⁶¹.

O foco da análise passa a incidir, prioritariamente, sobre a organização econômica da América portuguesa quando J.L. Azevedo dedica-se à passagem da fase extrativista para a da organização da produção colonial. Aí encontra-se, sob o título “*O império do açúcar*”, um minucioso estudo sobre “*o ciclo do açúcar*”: as razões

⁵⁹ AZEVEDO (1978), p.7.

⁶⁰ “ ‘Das cousas da Índia em que mais se põem os olhos’ dizia no **Soldado Prático** ao seu interlocutor o vice-rei. ‘Lume dos olhos de Portugal’, lhe chamava Gaspar Correia. E na opinião comum, que por seu turno o **Soldado Prático** enunciava, a pimenta tinha sido o móvel único da descoberta. [...]Não se podia com mais clareza afirmar o intuito dos que tinham planeado e executado o empreendimento. No êxito proveitoso participava a nação inteira. Assim se creu, nos baixos como no cimo da escala social, e em um sonho de riquezas fáceis e prosperidade nunca vistas, dos pobres lavradores aos bem providos donatários, toda gente no país se enlevou”. AZEVEDO (1978), p.119.

⁶¹ “Importa ponderar que, fossem embora muito abundantes as jazidas, a extração pelos selvagens, por métodos primitivos, e sem continuidade no trabalho, tinha de ser forçosamente de curta duração. Os tesouros que haviam de engrandecer a monarquia na Europa o Oriente os consumiu. Bem se pode dizer que a jóia de ourivesaria dos Jerónimos foi tudo que deles se aproveitou”. **Idem**, pp. 172 e173.

da escolha do produto como sustentáculo da colonização no Brasil, as condições do tráfico de escravos africanos, a estruturação e funcionamento dos engenhos e sua associação com o tabaco. De igual modo, no capítulo “idade de ouro e diamantes”, está a caracterização do “*ciclo mineiro*” – a descoberta e exploração das jazidas, os efeitos da intensa emigração para a região das minas, a exploração do trabalho escravo e o sistema fiscal opressivo imposto pela coroa portuguesa.

De modo sumário, o que se flagra aqui, em primeira formulação sistemática, é a idéia dos ciclos na economia colonial, que fez fortuna na caracterização da história econômica do Brasil, balizando muitas análises da formação econômica nacional, notadamente, as de Roberto Simonsen, as de Caio Prado Júnior e, no caso que nos interessa especificamente, as de Celso Furtado.

Algum tempo depois, em 1935, é publicado o livro de John F. Normano, professor de economia da Universidade de Havard – **Brazil: A Study of Economic Types** –, redigido três anos antes, e que, em 1938, ganhou uma tradução em português, um novo título – **Evolução Econômica do Brasil** – e uma edição patrocinada pela Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos⁶². Este trabalho segue por rota diversa da percorrida por J.L. Azevedo, a começar pelo próprio objeto de pesquisa, “*um estudo do ‘típico’ na história econômica do Brasil*”, “*uma história não de fatos, mas de tipos e de tendências*”. Além de ter, especificamente, a história econômica do país como foco de análise, o texto dilata, com larga abrangência, sua temporalidade, de modo a apresentar um panorama “*da vida isolada de uma colônia remota às ondulações das modernas economias e políticas mundiais – da*

⁶² NORMANO (1975), pp.19 e 21. “Brazilianista” *avant la lettre*, Normano antecipa, em plena era da Grande Depressão, uma prática que se fixará anos depois: a ação de operosos e dedicados *scholars* norte-americanos, estimulados pelo Departamento de Estado dos EUA e apoiados por uma grande universidade, empenhados em investigar a história e as particularidades da vida social dos países latino-americanos. Neste caso específico, Normano refere-se aos estímulos do “*Dr. Herbert Feis, do Departamento de Estado dos EE.UU., como um dos primeiros que frisou a necessidade desta investigação*” e à “*assistência que a direção do Havard Bureau for Economic Research in Latin America*” lhe proporcionou. Cf. p. 16.

dependência colonial ao nacionalismo econômico”⁶³, ou seja, o amplo período que vai da colônia aos anos 30 deste século.

Além do amplo recurso a textos consagrados da historiografia nacional⁶⁴, Normano inova pela construção de uma história econômica global, pela abundante utilização de índices estatísticos, pelo enfoque quantitativo e pela intensa utilização de fontes primárias – estatísticas econômicas e relatórios de ministérios públicos, recenseamentos oficiais e dados obtidos na imprensa periódica. Estas servirão para alimentar modelos históricos, criados com a finalidade de articular aspectos sócio-políticos e culturais com o processo econômico e comprovar o vínculo entre os movimentos da economia brasileira e as flutuações do capitalismo mundial. Daí resultam, a um só tempo, uma concepção cíclica da processualidade econômica do Brasil e uma visão de sua dependência frente aos mecanismos do mercado mundial, como pode se observar no texto a seguir:

*“A fronteira econômica ainda se move, pois as reservas territoriais (políticas) do Brasil estão longe de serem esgotadas. A facilidade com que a expansão extensiva foi levada a efeito contrabalançou a expansão intensiva, conduzida a um “**Raubwirtschaft**”, e a uma perpétua mudança dos produtos principais. Açúcar, ouro, algodão, borracha e café – formando um caleidoscópio das variações dos produtos principais e, muitas vezes, dos tipos econômicos humanos correspondentes, fazendo progredir diferentes estados e diversas classes sociais, preparando o fundamento econômico para suas aspirações e realizações políticas. Mas o mercado mundial e os seus preços permanecem o árbitro todo poderoso de seus conflitos; e esta*

⁶³ **Idem**, p.14.

⁶⁴ Pandiá Calógeras,, Alcindo Guanabara, Amaro Cavalcanti, Alberto Torres, Paulo Prado, Joaquim Nabuco, Oliveira Viana, Capistrano de Abreu, Alfredo Ellis Júnior, von Martius, Brito Lemos, são alguns dos autores presentes na extensa bibliografia arrolada por Normano.

dependência do mercado mundial é o fator determinante de sua economia”⁶⁵.

Amparado na idéia de “*deslocamento de fronteiras*”, conceito absorvido de F.J. Turner, historiador norte-americano do começo do século, Normano cria tipos econômicos humanos genéricos, de discutível valor explicativo, para dar conta do processo de expansão e da diversidade interna das atividades econômicas do Brasil. Surgem, assim, as figuras emblemáticas, verdadeiros arquétipos, do bandeirante, do fazendeiro, do paulista, do sertanejo e do estrangeiro, que denotam um certo matiz *schumpeteriano*⁶⁶. Mas se estas formulações não deixam rastros na produção da historiografia econômica elaborada no país, posteriormente, o mesmo não se pode dizer da sua concepção de ciclos econômicos, que se sucedem ao sabor das injunções do mercado mundial e que desvelam a extrema dependência do país e a sua fragilidade como parceiro dos grandes centros capitalistas. Dela se valerá amplamente o pensamento social brasileiro, nas próximas décadas:

*“A história da economia brasileira é uma série de ‘recordes’ sensacionais caracterizada por uma seqüência de flutuações que espantam. Ela constitui, na verdade, a história do aparecimento e desaparecimento por assim dizer de sistemas econômicos inteiros em que uma nação baseia a sua existência. A sua característica principal é a permanente mudança das condições dos produtos que poderemos chamar de “produtos-reis”. Açúcar, cacau, ouro, fumo, borracha, café – cada um desses produtos tem o seu lugar na história do país e foram, cada um no seu tempo, o ‘eixo’ da economia nacional (ou estadual), dando ao Brasil uma supremacia mundial temporária”*⁶⁷. [...]

Quando os mercados mundiais criam nova necessidade de um produto, que o Brasil já produziu, o país responde a essa procura com um febril aumento

⁶⁵ **Idem**, p.14.

⁶⁶ **Idem**, particularmente capítulo III, pp. 69 a 89.

⁶⁷ **Idem**, p.36.

de produção. Mas trata-se de uma economia frágil, Raubwirtschaft, um aumento de quantidade e não de qualidade. Os altos preços desses períodos de primeiro aparecimento de novos produtos estimulam-no a produzir mais, mas não a produzir mais barato. Os proventos são oriundos da quantidade e não devidos a melhores métodos de produção”⁶⁸.

Além desta problemática, o tratamento das finanças públicas absorvem-no longamente, uma vez que quase metade do livro é dedicada a digressões sobre o orçamento, a política fiscal do Império e a experiência republicana do Encilhamento; à análise de bancos e moedas; ao estudo da política financeira de Rui Barbosa, contraposta à de Joaquim Murinho. Mas, se por um lado, com tais preocupações, se aproxima de uma tradição que, desde o fim do século XIX, trata as questões econômicas nacionais, quase exclusivamente, em termos de política monetária e cambial⁶⁹; por outro, mais uma vez pioneiro, antecipa formulações que marcarão intensamente o debate intelectual dos próximos anos: o caráter “dualista” da formação social brasileira. É assim que se pode entender suas palavras a propósito de um “*Brasil econômico*”, pequeno e “*relativamente desenvolvido*”, que sustenta um “*vasto Brasil político*” atrasado; peso financeiro mal suportado, uma vez que “*a população da costa e do interior próximo tinha que cobrir as despesas do país imenso e escassamente povoado. A pequena parte desenvolvida do país tinha e tem de provar os recursos financeiros para a parte não desenvolvida. O Brasil econômico, ainda não industrializado, arca com a despesa de possuir colônias no Amazonas, Mato Grosso, Goiás, e outros Estados que não puderam ser povoados nem desenvolvidos, mas tiveram de ser suportados*”. E, apesar de considerar um evidente exagero comparar o Brasil “*a um trem de vinte e um vagões*

⁶⁸ **Idem**, p.60.

⁶⁹ Uma rápida observação de alguns títulos da área econômica, publicados entre o final do século XIX e início do XX, corroboram minhas observações: Castro Carreira, **História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde sua Fundação**, RJ,1889; Amaro Cavalcanti, **O Meio Circulante Nacional**, RJ, 1893; Pandiá Calógera, **La Politique Monétaire du Brésil**, RJ,1910; Vitor Viana, **O Banco do Brasil, sua Formação, seu Engrandecimento, sua Missão Nacional**, RJ, 1926. Dados completos sobre publicações do gênero, consultar **RODRIGUES** (1978), pp. 168 e 169.

puxados por uma locomotiva, que seria o Estado de São Paulo”, lembra que a substituição deste Estado pelo “Brasil econômico” poderá tornar a comparação verdadeira. Obviamente não lhe escapa, também, o “espectro da secessão”, já que o “desenvolvimento diverso dos Estados e sua diferente participação na vida fiscal da federação tornaram-se uma fonte permanente de desorganização política, insatisfação local e dificuldades financeiras”⁷⁰.

Seguindo a trilha aberta por estes trabalhos de J.L. Azevedo e J.F. Normano, surge no Brasil, a partir da década de 30, uma significativa produção de historiografia econômica: Roberto Simonsen publica, em 1937, **História Econômica do Brasil (1500/1820)** e, logo a seguir, **A Evolução Industrial do Brasil**, em 1939; Caio Prado Júnior, depois do ensaio sobre a **Evolução Política do Brasil**, publicado em 1933, lança o **Formação do Brasil Contemporâneo**, em 1942, e a **História Econômica do Brasil** (1945). Outros livros, de menor expressão, também são editados neste período: Alfredo Ellis Júnior produz, em 1937, **A Evolução Econômica Paulista e suas Causas**; Afonso Arinos de Mello Franco, edita, em 1938, a **Síntese da História Econômica do Brasil** e, em 1944, o **Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil**; José Jobim publica, em 1941, a **História das Indústrias no Brasil**.

Como explicar a fertilidade desta linha editorial? O interesse ampliado pela produção material que trouxe a processualidade econômica para a linha de frente da historiografia brasileira?

Para alguns, como Antonio Candido, a produção intelectual, deste período – representada paradigmaticamente pelas publicações de **Casa Grande e Senzala**, de Gilberto Freyre; **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Hollanda; **Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Júnior –, “parecia exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da

⁷⁰ NORMANO, op. cit. p. 114.

Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo”, e diante da qual a teoria consagrada pela tradição antecedente “parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais”. No lugar da elaboração ensaística precedente, sustentada por categorias “banhadas em certa aura qualitativa”, alguns novos estudos que, abrindo caminho a uma historiografia econômica nacional, preocupavam-se com “o desnudamento operoso dos substratos materiais”, com exposições fatuais “visando a convencer pela massa do dado e do argumento”⁷¹.

Com argumentação semelhante, Carlos Guilherme Mota afirma que a crise e o movimento de 30 trazem o “redescobrimento do Brasil” e novas “linhas de interpretação da realidade”, que desautorizam a “**Historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (fundado em 1838)**”. Assim, a análise das relações sociais, “a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico”, e a emergência das classes como categorias explicativas da formação brasileira, com os trabalhos na vertente marxista de Caio Prado Júnior, colocaram “em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante”⁷².

O que se percebe é que o Brasil dos anos 30, que aos poucos passa a viver sob o signo de uma modernidade contraditória, instiga a *intelligentsia* nacional e pede um novo tratamento, para além das abordagens étnico-raciais dominantes. As elites intelectuais são levadas a atualizar a discussão da problemática nacional, já que as doutrinas racistas – alicerces teóricos dos debates nas décadas precedentes e cujos fundamentos remontam ao Império⁷³ – revelam-se, agora, insuficientes frente às

⁷¹ CANDIDO (1999), pp. 9 e 11.

⁷² MOTA (1977), p.28.

⁷³ Em **O Espetáculo das Raças**, Lilian M. Schwarcz observa que, “É possível dizer [...] que os modelos deterministas raciais foram bastante populares, em especial no Brasil. Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos arranjos teóricos,

exigências ideológicas de um movimento histórico que atualiza, em bases industriais, o processo de modernização capitalista do país. A grande crise econômica da terceira década, a agitação social, a cisão oligárquica, a escassa representatividade política dos novos extratos sociais, a intensa movimentação cultural (de que o modernismo é boa expressão), configuram um “presente problemático”, cujas raízes – “a formação nacional” – devem ser investigadas. E, neste processo, os recursos da análise social do período são questionados, abrindo-se espaço à renovação das ciências sociais no Brasil⁷⁴. Marilena Chaui, num ensaio sobre o pensamento conservador, sintetiza os grandes temas que, à direita ou à esquerda, mobilizam os intelectuais da geração pós-30:

*[...]1) a ‘descoberta’ do Brasil real pela **intelligentsia**, que passa a combater o Brasil legal, formal e irreal; conseqüentemente, 2) o nacionalismo como afirmação do Brasil real; e a 3) a idéia de que a análise científica (o cientificismo) é instrumento para conhecer essa realidade (a fundação da Escola de Sociologia e Política em São Paulo; da SEP, futuramente AIB, também em São Paulo; do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro; a fundação da Faculdade de Filosofia de São Paulo, em 1934 etc. atestam o fenômeno); 4) a necessidade de criar elites pensantes e dirigentes para salvar ou mesmo para criar a Nação por meio do Estado; 5) a modernização econômica e social do país, entendida ora como industrialização, ora como agrarismo racional”⁷⁵.*

Neste contexto, em 1937, é publicada a primeira grande obra da historiografia econômica brasileira, **História Econômica do Brasil**, de Roberto Simonsen – na verdade, a reunião de um conjunto de conferências preparadas para um curso, até

não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça”. SCHWARCZ (1995), p.65. Ver, também, ODÁLIA, op. cit.

⁷⁴ Sobre a movimentação intelectual no imediato pós-30, consultar MEDEIROS (1978), IANNI (1989), BASTOS (1989), PÉCAUT (1990), CHAÚÍ e FRANCO (1978), CHAÚÍ (1986).

⁷⁵ CHAÚÍ (1986) pp.27, 28.

então inédito na academia, de História da Economia Nacional, ministrado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, de abril a novembro de 1936⁷⁶. As preocupações em não se restringir “*a sistematizações doutrinárias ou a conceitos metodológicos*”, em ser “*objetiv[o]*”, *realist[a]*, *examinando os fatos econômicos, tais como se apresentaram na formação do Brasil, comentando-os ou os comparando-os com os que se processaram concomitantemente em outros povos, esforçando[-se], à luz das realidades econômicas, por saber dos ‘porquês’ dos acontecimentos verificados*”⁷⁷, dão a dimensão do clima intelectual que preside a organização do curso e do livro, que valorizava a objetividade quantitativa e documental, seguindo a linha de tendência dos trabalhos que, na época, pretendiam fazer frente à historiografia de talhe tradicional. Isto, aliás, não passou despercebido de Afrânio Peixoto que, na nota introdutória, refere-se à descoberta de um Brasil que os “*velhos olhos*” não podiam ver, mas que os “*olhos novos*” de Simonsen foram capazes de perceber, ou seja, “*na História do Brasil a infra-estrutura decisiva e fundamental, de nossas historietas mal contadas, político-administrativas, que se esboçam, tabelioamente, nos compêndios, sem explicação. Não quisemos ver o fato econômico irreduzível, imprescindível, não compreendemos*

⁷⁶ A Escola de Sociologia e Política de São Paulo foi criada em 1933, logo após a fracassada Rebelião Constitucionalista de 1932 contra o recém-instalado Governo Vargas. Surgiu dentro da mesma proposta que presidiu, um ano depois (1934), a criação da Universidade de São Paulo. Ou seja, um programa de reforma política a partir da formação de novas elites. Daí as palavras de Simonsen a respeito do projeto da Escola de Sociologia e Política, qual seja, divulgar “*noções de política, sociologia e economia, despertando e criando uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública, de acordo com a realidade do nosso meio, concorrendo, assim, para cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante de que São Paulo era, e é, a vítima principal*”. SIMONSEN (1969), p.19. Ao lado de lideranças políticas e empresariais paulistas, Roberto Simonsen esteve intensamente envolvido na criação da Escola, presidida pelo espírito de racionalidade e cientificismo, que marcou a renovação das ciências sociais no período. Líder industrial, participou também da fundação do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), em 1928, e que, na era Vargas, transformou-se na FIESP, sob sua liderança. O mais expressivo ideólogo da corrente industrialista da década de 40, Simonsen defendia a industrialização nacional, apoiada em ação planejada do Estado e em larga política protecionista capaz de colocar o mercado interno a salvo da concorrência dos manufaturados estrangeiros. Ficou famosa sua polêmica com Eugênio Gudim que, defendendo os grandes interesses agro-exportadores do país, professava um liberalismo econômico irrestrito. Sobre a fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e a atuação de Roberto Simonsen, consultar VIEIRA (1987), particularmente o capítulo I.

⁷⁷ SIMONSEN (1969), pp.20, 21.

*nada...Deciframos hieróglifos sem chave...Poesia. Ficção. Agora, com a chave, é que vem a interpretação exata...*⁷⁸

As citações eruditas de Antonil, Martius, Gandavo, Saint Hilaire, Mary Graham; o recurso aos trabalhos de Pandiá Calógeras, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Vítor Viana, Rocha Pombo, Oliveira Viana, Alcântara Machado, Taunay, Alfredo Ellis Júnior, João Ribeiro, Pedro Calmon; as consultas aos textos de Paulo Prado e Gilberto Freyre, evidenciam a familiaridade com os cronistas, com a historiografia nacional consagrada e o benefício do contato com a nova produção intelectual, de início dos anos 30. No entanto, as inovações essenciais ficavam por conta do tratamento deste material; do recurso às formulações de economistas clássicos, como Baptiste Say, Adam Smith, ou teóricos contemporâneos da história econômica, como Werner Sombart, como forma de embasar as análises e, ao mesmo tempo, conferir estatuto teórico e respeitabilidade intelectual ao trabalho; e da larga utilização de índices estatísticos, de quadros de demonstração quantitativa, de dados e censos oficiais, de tabelas de preços relativos e fluxos econômicos.

O plano da obra é familiar. Seguindo de perto ao **Épocas de Portugal Econômico**, de João Lúcio de Azevedo, a que recorre, aliás, continuamente ao longo de todo livro, Roberto Simonsen estrutura seu trabalho em 15 capítulos (acompanhados de vários anexos: tabelas, gráficos e quadros demonstrativos), que cobrem do século XV, europeu e mercantilista, à fase imediatamente anterior à independência da colônia portuguesa, no início do século XIX⁷⁹. Sua concepção é a de uma história econômica linear que, no Brasil, “*se processa através da formação evolutiva de um*

⁷⁸ **Idem.** p. 12.

⁷⁹ “Lúcio de Azevedo, em suas **Épocas de Portugal Econômico**, mostra ciclos sucessivos em que gravitou, daí por diante, a economia portuguesa. O ciclo do açúcar, em que Portugal pode tomar novo alento, baseado na produção brasileira que, no século XVII, dominou o mundo; o ciclo do ouro e dos diamantes no século XVIII, em que o Brasil produziu tanto quanto o ouro dos demais países, nos dois séculos precedentes; a reação nacionalista, de Pombal, e, finalmente, as atribulações provindas das guerras napoleônicas que por tanto tempo desorganizaram o velho Portugal.

Essas fases serão examinadas em conjunto com as etapas correspondentes da economia brasileira”. **Idem**, p.41.

organismo social em ambiente inteiramente novo” e é modelada ao sabor dos sucessivos ciclos econômicos. Adaptando as formulações do historiador português, já que agora a angulação é brasileira, Simonsen refere-se, inicialmente, ao ciclo do pau-brasil, madeira corante de alto valor, que a colonização, como empreendimento econômico, logo substituiu pelo açúcar; uma vez esgotadas as matas e comprovada a impossibilidade do extrativismo prender o homem à terra. Logo a seguir, veio o ciclo do açúcar que, associado à pecuária e ao tabaco, enraizou e expandiu o povoamento e introduziu o trabalho escravo, até ser, por sua vez, também, substituído pela mineração, no século XVIII.

Conhecida também é a idéia do “deslocamento de fronteiras”, de que Simonsen lança mão para explicar o bandeirismo e o papel de São Paulo na formação da unidade econômica brasileira. O conceito de “*moving frontier*”⁸⁰, já utilizado no trabalho de Normano, é o que lhe permite falar de “*nossa fronteira flutuante*” – estabelecida no Brasil, “*com precedência de mais de um século*” frente à dos colonos norte-americanos – quando tratar da expansão territorial levada a cabo pela “*iniciativa paulista*”.

O caráter mercantil do movimento colonizador português não escapa, também, à observação de Simonsen que, com isto, acaba por tomar partido numa polêmica que aquecerá o debate na historiografia econômica brasileira, pelas próximas décadas. Ao analisar o sistema de capitânias hereditárias, afirma que “*não é o feudalismo que caracteriza o sistema das donatárias, mas sim a inversão capitalista que ele traduz*”⁸¹. Por identificar capitalismo com a existência de mercados e a busca de lucro, não lhe parece “*razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal do sistema das donatárias*” pois, “[...]”

⁸⁰ “Turner, em sua **História da América**, criou o conceito do ‘**moving frontier**’, a fronteira flutuante, que os colonos americanos transportavam continuamente de Este a Oeste, até atingir o Pacífico, integrando sempre novos territórios à atividade norte-americana em um movimento contínuo, que só terminou nos fins do século XIX”. **Idem**, p. 238.

⁸¹ **Idem**, p.77.

todos procuravam a nova terra em busca de fortuna; todos visavam a melhorar sua situação econômica. O fito do lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil. [...] Em boa parte, quem para aqui vinha era com o ânimo de voltar enriquecido. Quem tivesse capital podia pleitear a exploração da terra. Os donatários não eram mais do que exploradores em grande escala. As concessões dadas pelo Rei a esses homens eram o meio de os estimular, facilitando o empreendimento”⁸².

É consenso, no entanto, entre os que analisaram o sentido e o impacto da renovação intelectual no Brasil dos anos 30, que o grande “*choque revelador*”⁸³ foi a publicação, em 1933, do **Evolução Política do Brasil** de Caio Prado Júnior – pequeno livro que é a primeira tentativa de síntese marxista da história brasileira; a busca pioneira do desnudamento das contraditórias relações de classe que deram os contornos de nossa processualidade histórica. Segundo Carlos Guilherme Mota, este é “*o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha: com as interpretações de Caio Prado Júnior, as classes emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira – enquanto categoria analítica*”⁸⁴.

⁸² **Idem**, pp.81,82. É interessante observar que colocações de Roberto Simonsen não padecem das pequenas ambigüidades ainda presentes no trabalho pioneiro de Caio Prado Júnior - **Evolução Política do Brasil**, de 1933 - que, como sabemos é o primeiro historiador brasileiro, da área econômica, a sinalizar não apenas o caráter mercantil do empreendimento colonial, mas também o papel que ele desempenhou no processo de acumulação primitiva de capital. Referindo-se à expansão portuguesa, Caio Prado Júnior lembra que “*o surto marítimo que enche sua história do séc. XV [...] fora apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição*”(p.13); para, alguns parágrafos a frente, afirmar que “*O regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal. Não gozavam os donatários de nenhum direito direto sobre a terra, vedando-lhes mesmo expressamente os forais a posse de mais de dez léguas (alguns dezesseis) de terra*”. E concluir que “*este ensaio de feudalismo não vingou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relevo na formação histórica do Brasil*”(15). **PRADO JR** (1969).

⁸³ A expressão é de Antonio Cândido, para quem o livro de Caio Prado Júnior, “*Trazendo para a linha de frente os informantes coloniais de mentalidade econômica mais sólida e prática, dava o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo. Nenhum romantismo, nenhuma disposição de aceitar categorias banhadas em certa aura qualitativa – como ‘feudalismo’ ou ‘família patriarcal’, mas o desnudamento operoso dos substratos materiais*”. **CÂNDIDO** (1999), p.11.

⁸⁴ **MOTA** (1977), p.29.

Evolução Política apresentava-se como “*um simples ensaio*”, “*a síntese da evolução política do Brasil*” e não “*a sua história completa*”. Ressalvando apenas a figura de Oliveira Viana – “*o primeiro, e o único até agora, a tentar uma análise sistemática e séria da nossa constituição econômica e social no passado*” –, Caio Prado Júnior critica “*os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior*”⁸⁵. E como resultado deste esforço crítico, apresenta um ensaio de interpretação da história do Brasil, da colônia ao fim do Império, no século XIX, que dá voz aos excluídos, buscando o sentido de classe das manifestações de rua no Rio de Janeiro, durante a abdicação do Imperador, em 1831, das rebeliões do período regencial e do movimento praieiro.

Este livro de Caio Prado Júnior traz, ainda embrionárias, as questões essenciais de sua obra historiográfica: o sentido da colonização, o caráter da identidade nacional brasileira e a procura das possibilidades de mudança revolucionária, inscritas em nossa realidade histórica. Mas, do conjunto, o que salta à vista é a novidade quanto a interpretação do período colonial. Seu eixo estruturador é a discussão do sentido da empreitada, desde logo burguês mercantil:

*“Não era e não podia o pequeno reino lusitano ser uma potência colonizadora à feição da antiga Grécia. O surto marítimo que enche sua história do séc. XV não resultara do extravasamento de nenhum excesso de população, mas fôra apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição”*⁸⁶

⁸⁵ PRADO JR. (1969), p.9.

⁸⁶ *Idem*, p.13.

Não tão evidente aqui, como o será em **Formação do Brasil Contemporâneo**, de 1942, a inovação da abordagem deve ser creditada, sobretudo, aos seus esforços de inserir o período colonial num contexto mais amplo e funcional, da perspectiva do capitalismo emergente. Isto não passa despercebido dos comentadores, notadamente Fernando Novais, seu herdeiro intelectual na historiografia econômica contemporânea, para quem o “*sentido da colonização*”, como “*categoria analítica básica, é apreendido através da inserção do objeto (colonização européia na América) num todo maior, ou seja, os mecanismos comerciais da expansão marítima européia*”.⁸⁷

Ao associar a empreitada colonial à ação de uma burguesia “*sedenta de lucro*”, movida por uma “*desmedida ambição*” e ligar o processo colonial ao contexto de uma acumulação mercantil, Caio Prado Júnior abre caminho, também, à formulação de uma polaridade que se tornará clássica na historiografia econômica brasileira: colônia de exploração e colônia de povoamento (nos termos de Leroy-Beaulieu, **De la colonisation chez les peuples modernes**)⁸⁸. Desenvolvidas no **Formação do Brasil Contemporâneo** e no **História Econômica do Brasil**, estas categorias vão lhe permitir distinguir a trajetória diversa seguida pela colonização nas “zonas temperadas” da América do Norte (as possessões do norte, nas 13 colônias inglesas) e nas “zonas tropicais” e “subtropicais” do continente americano. Nas primeiras o povoamento e a ocupação tomarão outro rumo, “*um caráter apartado dos objetivos comerciais, até então dominantes neste gênero de empreitada*”, pois para lá se dirigem colonos que querem “*construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas*”. Procuram “*refazer nela sua existência ameaçada*”. Disto resultará “*uma sociedade, que, embora com caracteres próprios, terá semelhanças pronunciadas à do*

⁸⁷ NOVAIS (1986), p.19.

⁸⁸ Em outra dimensão que não cabe tratar aqui, dados os objetivos circunscritos deste trabalho, esta identidade entre colonização e empreendimento burguês mercantil abre caminho a uma polêmica que marca de modo essencial o lugar de Caio Prado Júnior, na esquerda brasileira. Ao enfatizar a natureza capitalista da agricultura e a inexistência de um feudalismo no Brasil, entra em confronto com as teses da 3ª Internacional e do PCB sobre a reforma agrária e o caráter da revolução brasileira. Ver, principalmente, **A Revolução Brasileira** (1966).

continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dele”⁸⁹. Estas colônias não conhecerão o latifúndio e a escravidão; não terão um caráter extrovertido, subordinado à dinâmica dos mercados europeus. A pequena propriedade, o trabalho livre e o mercado interno aí propiciarão as bases para um desenvolvimento autônomo que, a partir do início do século XIX, se tornará auto-sustentado.

Na análise da colônia na América portuguesa, feita em 1933, Caio Prado Júnior prende-se à constituição do grande latifúndio, às barreiras para a pequena propriedade agrária e à estruturação das classes na sociedade colonial – “*o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária [descrita]*”. Quanto à atividade econômica, restringe-se à organização da atividade açucareira. O estudo de outros produtos, no contexto dos ciclos econômicos, terá que esperar o **Formação Econômica**. Aí sim, a sucessão cíclica da especialização produtiva, a que seus antecessores muito se referiram, aparecerá inextrincavelmente associada ao sentido da colonização e ao papel desempenhado pela economia colonial no contexto da divisão internacional do trabalho, que assim ganharão o significado amplo de que antes se falou. Este é, sem dúvida, o sentido a ser atribuído à sua afirmação de que:

“se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização

⁸⁹ PRADO JR (1971), p.27.

puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos o história brasileira [contemporânea), que se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país”⁹⁰.

O que se deve indagar é a função que a categoria “*sentido da colonização*” ocupa nas análises de Caio Prado Júnior. Não é a colônia, propriamente dita, que o lhe interessa. A ela se refere, tão somente, para buscar as bases do século XIX imperial, onde estariam inscritas as raízes do Brasil contemporâneo. Esta é a grande questão. O objeto maior de suas preocupações . E aqui está, também, como já observou Nilo Odália⁹¹, outro dos elementos inovadores de sua produção intelectual, isto é, o rompimento com a historiografia tradicional brasileira, que procurava os fundamentos de nossa nacionalidade, apenas e tão somente, no passado colonial. O diálogo essencial é o que se estabelece entre **colônia** e **nação**. Mas é importante notar que, para Caio Prado Júnior, as bases nacionais devem ser buscadas no século XIX: período da modernização capitalista conservadora que manteve intocados o grande latifúndio; a dependência frente as flutuações dos mercados externos; a produção para fora, incapaz de atender às necessidades internas; a posição subordinada no contexto do capitalismo global, que prendia o país a conjunturas sobre as quais não tinha qualquer ingerência.

Enraiza-se aqui o nacionalismo que fornecerá as tramas da intervenção teórico-ideológica de Caio Prado Júnior, notadamente a partir dos anos 50, em que a questão nacional passa a ser colocada em termos da autonomia frente ao sistema econômico e financeiro internacional e de organização de uma produção interna capaz de satisfazer as necessidades do país nacionalmente integrado⁹². E isto porque, ao contrário da historiografia tradicional antecessora, Caio Prado Júnior já

⁹⁰ **Idem**, pp. 31, 32.

⁹¹ **ODÁLIA** (1989), p. 112.

⁹² Consultar a respeito **A Revolução Brasileira** (1966).

tratava, nos anos 30, a nação como uma entidade constituída, que economicamente precisava se firmar frente aos interesses econômicos dos países hegemônicos. Para ele não pairava dúvida quanto à existência de uma nação brasileira e também não se tratava mais de “*buscar seus sinais no ‘caráter’ ou no ‘temperamento’ da população e nem apelar ao Estado para forjar a sociedade. A nação estava ali constituída em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia a dia contra as nações dominantes. O sentimento de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional*”⁹³.

O que se pretendeu até aqui foi enxergar um pouco além do que mostram as análises correntes sobre a produção intelectual de Celso Furtado, em especial sobre seu **Formação Econômica do Brasil**. Todas, acertadamente, indicam seus vínculos teóricos com o pensamento cepalino, com as formulações originais de Raul Prebisch; seu envolvimento com o nacionalismo planificador e militante dos anos 50 e 60; sua leitura keynesiana da processualidade econômica brasileira. Fazem, no entanto, tábula rasa do conjunto de elaborações teóricas, produto do amplo movimento de renovação do pensamento brasileiro na década 30, que colocou na ordem do dia a questão nacional, discutida em termos de um Brasil moderno, urbano e industrial.

Como parte deste processo de renovação intelectual surgiu, nos anos 30, uma historiografia econômica brasileira que pôs sob nova angulação o tratamento do período colonial e deslocou para o século XIX a procura das raízes do Brasil contemporâneo. A questão nacional, que tinha como ponto de partida a existência da nação como algo já dado, passou a ser discutida em termos de soberania econômica, cujo pressuposto era o rompimento com a condição de mero parceiro agrário, dependente das grandes nações capitalistas e submetido às flutuações bruscas do

⁹³ PÉCAUT (1990), p.99.

mercado – tantas vezes indicadas pela leitura da história econômica do país, numa perspectiva cíclica. Começou, também, a ganhar corpo a idéia de integração nacional, pensada nos moldes de um mercado interno constituído, que a produção nacional de mercadorias deveria aos poucos privilegiar. E até mesmo o conhecido debate econômico precedente – o dilema industrialização ou destinação agrária do país – atualizou-se, colocando a questão dos rumos da política econômica do país em termos de sobrevivência da nação soberana.

Quando sua memória, no trabalho de reconstrução da gênese do livro **Formação Econômica**, seleciona enfaticamente o livro **História Econômica do Brasil (1500/1820)** de Roberto Simonsen, Celso Furtado não está apenas dando os créditos a uma influência fertilizadora. Na realidade, está se remetendo a raízes intelectuais profundas, de que sua obra é tributária. Ou seja, à rica tradição do pensamento brasileiro que, nos anos 30, ao mesmo tempo que “redescobriu” o Brasil, projetando sua modernidade contraditória, empreendeu a constituição das modernas ciências sociais no país. E deste amplo e renovado movimento intelectual, tanto Celso Furtado quanto seus contemporâneos podem ser considerados herdeiros inequívocos, seja quanto à teoria, seja quanto à ação. São tênues as pistas deixadas pelo trabalho de Simonsen no livro **Formação Econômica do Brasil**, como se verá a seguir. Mais evidentes, apesar de nunca reconhecidas, são as contribuições de Caio Prado Júnior⁹⁴. De qualquer modo, os indícios da presença do pensamento social brasileiro, particularmente dos anos 30, são suficientes fortes para autorizar a identificação de algumas influências essenciais, verdadeiros alicerces sobre os quais o keynesianismo e o estruturalismo cepalino se assentaram, dando origem a uma formulação nova e originalíssima.

⁹⁴ Em artigo recente, Tamás Szmrecsányi, discute a “omissão quase total de referências à ‘bibliografia histórica brasileira’” no **Formação Econômica do Brasil**. Procurando as bases bibliográficas desta obra em trabalhos anteriores de Celso Furtado, chega à tese de doutorado, defendida em Paris, em 1948. Nela encontra uma “*bibliographie choisie*” que, na parte correspondente à bibliografia histórica brasileira, conta, entre outros, com **História Econômica do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo** de Caio Prado Jr.

Por fim, é preciso que fique mais uma vez reafirmado que não se desconhecem, aqui, as particularidades teórico-ideológicas da geração intelectual de Celso Furtado. Que não se perdeu a dimensão específica de um conjunto de condições históricas que, ao longo da década de 50, propiciou o surgimento de um ideário desenvolvimentista na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular – ideologias de desenvolvimento nacional que mobilizaram parcela significativa de intelectuais, políticos e chefes de Estado latino-americanos, em torno de instituições como a **CEPAL**, no Chile, ou o **ISEB**, no Brasil. Em outras palavras, uma situação propiciada pela arrancada industrial de alguns países como Chile, México, Argentina e Brasil, com a decorrente subversão dos princípios tradicionais da divisão internacional do trabalho, e que colocou em pauta de discussão o “*subdesenvolvimento*” capitalista, cuja legalidade teórica foi construída a partir das reflexões de Hans Singer, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal e, particularmente, Raul Prebisch. Neste período, as propostas de planejamento econômico, com diretrizes nacionalistas e industrializantes, passaram a fazer parte da componente ideológica de importantes setores das elites intelectuais latino-americanas, identificadas com o capital industrial e que começaram a enxergar no predomínio da agro-exportação e na posição tradicional de parceiros subordinados nas relações econômicas internacionais os motivos do atraso e da miséria dos países latino-americanos e, sobretudo, os obstáculos ao desenvolvimento capitalista auto-sustentado.

3. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: A RECONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Formação Econômica do Brasil foi organizado em 36 capítulos, agrupados em cinco partes, que cobrem a história econômica do país do século XVI ao século XX. Nas quatro primeiras, ocupa-se dos fundamentos econômicos da colonização, das economias escravistas de agricultura tropical (o ciclo açucareiro) e de mineração; da transição para o trabalho assalariado, no século XIX, com o café. Aqui, sobretudo

nas primeira e segunda partes, a obra parece ter se beneficiado da pesquisa anteriormente realizada no doutorado, na Universidade de Paris, uma vez que, em descompasso com as partes subseqüentes, mais discretas quanto às citações bibliográficas, a riqueza de referências, aí encontradas, denuncia as origens acadêmicas que presidiram sua formulação original. No quinto e último segmento, Celso Furtado dedica-se à análise da transição da economia agro-exportadora, sustentada pelo café, para um sistema industrial, reservando o último capítulo às projeções econômicas para a década de 60. Como o autor mesmo observa na introdução do livro, aqui, “*seguiu de perto o texto de análise apresentada em trabalho anterior (A **Economia Brasileira**, 1954)*”⁹⁵.

O reconhecimento da coerência interna da obra, resultado da estrutura construída por Celso Furtado, não impede de enxergá-la com outro formato, qual seja, distinguindo dois grandes blocos, diferenciados em razão das diversidades de abordagem e de propósitos⁹⁶. Assim, uma leitura que tenha como referência o diálogo entre história e projeto nacional, tal como anteriormente sugerido, permite afirmar que **Formação Econômica do Brasil** foi concebido tendo em vista um duplo aspecto. Em primeiro lugar, como uma análise da particularidade do processo de industrialização na periferia subdesenvolvida do capitalismo; e, em segundo, como uma reconstrução do passado colonial e do século XIX brasileiros, com o propósito de buscar, nas raízes profundas da história, os entraves ao desenvolvimento industrial sustentável, as condições de emergência da nação subdesenvolvida. Em outros termos, pode-se compreender a composição interna do

⁹⁵ FURTADO (1964), pp. 9,10. A partir de agora, as notações de páginas de **Formação Econômica do Brasil** serão feitas no próprio corpo do texto.

⁹⁶ Ricardo Bielchowsky já empreendeu, com muita propriedade, uma releitura da disposição interna do **Formação Econômica do Brasil**. Segundo ele, até os 10 primeiros capítulos da 4ª parte, Furtado dedicou-se “à análise da formação da estrutura subdesenvolvida brasileira”, e nos subseqüentes “à análise da problemática de crescimento que ocorrerá nessa estrutura específica, na fase áurea da expansão cafeeira e na fase de transição para a economia industrial”. Bielchowsky ressaltou, entre outros aspectos, o “enfoque ‘keynesiano-estruturalista’ da obra” e a preocupação de Furtado, nos capítulos iniciais do livro, “de comprovar que a evolução histórica da economia brasileira conduziu à formação de uma estrutura econômica subdesenvolvida”. BIELCHOWSKY (1989), p.50.

livro tendo em vista o objetivo de demonstrar que a evolução histórica e o crescimento dos países subdesenvolvidos são essencialmente distintos das nações centrais o que, por sua vez, confere legitimidade às idéias de que tanto a reforma das estruturas econômicas periféricas seria diversa das desenvolvidas, quanto o esforço de teorização deste processo necessariamente original. Assim, não será uma arbitrariedade afirmar que **Formação Econômica do Brasil** é um livro a ser lido “de trás para frente” ou, melhor dizendo, que sua construção assim deve ser entendida.

Pode-se, então, afirmar que, tendo como ponto de partida a constatação do subdesenvolvimento brasileiro – caracterizado pela heterogeneidade estrutural, pela industrialização problemática e por profunda vulnerabilidade frente aos mercados mundiais –, Furtado perscrutou o passado, buscando na originalidade de nossa constituição histórica, as bases do atraso. E isto com o propósito, a um só tempo teórico e político, de demonstrar que o subdesenvolvimento não era um estágio pelo qual as nações adiantadas passaram um dia, mas um produto da expansão capitalista que, deixado ao sabor do livre jogo das forças de mercado, perpetuar-se-ia de modo perverso.

Coerente com esta sugestão de leitura da obra, a investigação deve principiar pela última parte – aquela em que é feita a análise da “*economia de transição para um sistema industrial (século XX)*”. Nesta unidade, a preocupação de Celso Furtado é demonstrar, como economista, a peculiaridade do processo de industrialização brasileira, levado a cabo em uma estrutura econômica atrasada, e os desequilíbrios estruturais daí decorrentes. Neste segmento do livro, o seu keynesianismo de raiz cepalina faz com que a abordagem tenha como foco privilegiado os “*mecanismos de expansão dos níveis internos de renda*”. Nele encontraremos também a exata medida da novidade representada por sua abordagem, a dimensão da originalidade de sua grande contribuição para o pensamento brasileiro dos anos 50 – a idéia da industrialização por substituição de importações como a via característica da modernização capitalista dos países de extração colonial.

Seguindo trilha anteriormente aberta em **A Economia Brasileira**, Celso Furtado principia pela análise dos efeitos do “*aumento da importância relativa do setor assalariado*” no Brasil, o acontecimento mais importante “*ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX*”, uma vez que o novo sistema, empregado na produção cafeeira, “*apresenta diferenças profundas com respeito à antiga economia*” (p.178). E entre elas, a que é crucial: a propagação do fluxo de renda criado pelas exportações.

Para fins explicativos, divide a renda em dois grupos: “*renda dos assalariados e renda dos proprietários*”, salientando o comportamento diferente de cada um deles no que diz respeito aos rendimentos – “*Os assalariados transformam a totalidade, ou quase totalidade, de sua renda em gastos de consumo. A classe proprietária, cujo nível de consumo é muito superior, retém parte de sua renda para aumentar seu capital, fonte dessa mesma renda*”. A partir daí, o que faz é demonstrar como os salários aumentam a procura de artigos internos de consumo, cuja produção pode se expandir facilmente, “*dada a existência de mão-de-obra e terras subutilizadas*”. É isto que lhe permite afirmar que “*A massa de salários pagos no setor exportador vem a ser,[...], o núcleo de uma economia de mercado interno*” (p.179). Ou seja, a partir do momento em que o fluxo de renda gerado nas exportações se propaga pela economia, propiciando a produção e venda de alimentos, roupas, serviços etc., está dada a possibilidade de formação de renda nas mãos de pequenos produtores e comerciantes.

A questão dos níveis internos de renda, notadamente a dos baixos salários, ocupa um lugar estratégico na sua teoria da industrialização dos países periféricos. Daí a necessidade de se acompanhar, *pari passu*, a articulação conceitual e explicativa desta problemática no caso brasileiro. Segundo suas formulações, a partir de fins do século XIX, observa-se um aumento geral da produtividade do sistema econômico no Brasil. E isto ocorre porque as atividades ligadas ao mercado interno passam a absorver também a mão-de-obra do setor de subsistência – acontecimento anteriormente restrito à expansão do setor de exportações . No entanto, Celso

Furtado salienta que isto não significa uma elevação dos salários reais, dada “*a existência de uma reserva de mão-de-obra dentro do país, reforçada pelo forte fluxo migratório*”. Assim, sua conclusão é que a relativa elevação do salário médio, observada no Brasil do período, apenas “*refletia o aumento de produtividade que se ia alcançando através da simples transferência de mão-de-obra da economia estacionária de subsistência [...]*”(p.189).

Quais seriam as implicações, para a economia brasileira, da existência de uma pressão para baixo sobre os salários reais, advinda do excedente de mão-de-obra alocado no setor de subsistência? Celso Furtado trabalha esta questão em dois níveis que, entrelaçados, lhe permitirão caracterizar, a um só tempo, os mecanismos específicos de ajustes das economias dependentes às contrações cíclicas do capitalismo e abrir caminho às explicações do processo de industrialização por substituição de importações.

Num primeiro momento, sua formulação servirá para demonstrar como as “*melhoras de produtividade obtidas dentro da própria economia exportadora*” (os benefícios da elevação dos preços de exportação) eram integralmente retidas pelo cafeicultor, já que “*nenhuma pressão se formava dentro do sistema que o obrigasse a transferi-las total ou parcialmente para os assalariados*” (p.189). O que, por sua vez, também criava espaço para o aumento da produção extensiva do café (com aplicação mínima de capital por área ocupada), dado que, no Brasil, a terra, assim como a força de trabalho, apresentava elasticidade na oferta. Com isto, abria-se o caminho para uma superprodução estrutural no setor, o que, aliado ao fato da grande produção cafeeira ocorrer praticamente nas fronteiras de um só país, trará importantes desdobramentos para a economia brasileira, nas primeiras décadas do século XX.

Num segundo momento, Celso Furtado associará a questão dos baixos salários à problemática da deterioração dos termos de intercâmbio, seguindo a forma originalmente proposta por Raul Prebisch. Ou seja, os efeitos de uma oferta elástica

de mão-de-obra e de um frágil movimento sindical dos trabalhadores sobre as relações internacionais de comércio dos países subdesenvolvidos. Segundo as formulações prebischianas, se os salários absorvessem algo do aumento da rentabilidade do setor exportador, durante as altas cíclicas, haveria maior capacidade de defesa do país contra a queda dos preços dos seus produtos primários e a conseqüente deterioração dos termos de intercâmbio. Isto porque, podendo os salários oferecer maior resistência à compressão do que os lucros, haveria meios de se evitar a tendência secular à deterioração nas relações de trocas dos produtos primários das áreas periféricas⁹⁷.

Municiado destas formulações, Celso Furtado poderá se voltar à análise do que considera o mecanismo específico de ajuste das economias subdesenvolvidas frente às crises cíclicas do capitalismo: a “*socialização das perdas*”. Segundo ele, na economia dependente, agro-exportadora, “*a crise se apresentava como um cataclismo, imposto de fora para dentro. As contorções que realizava essa economia, para defender-se da pressão esmagadora que vinha do exterior, não guardava nenhuma semelhança com as ações e reações que se processavam na economia industrializada nos períodos de depressão e recuperação que sucediam a crise*” (p. 195). Nas nações subdesenvolvidas, e entre elas o Brasil, como os efeitos recessivos recaíam sobre os lucros, os empresários conseguiam transferir a pressão cíclica para os demais setores da sociedade através do mecanismo de depreciação cambial pois, conforme suas palavras,

“Ao reduzirem-se os preços dos produtos exportados – no caso o café – tendia a baixar bruscamente o poder aquisitivo externo da moeda nacional. Essa baixa se processava mesmo antes que se materializasse o desequilíbrio, pois a simples previsão de que viria tal desequilíbrio era suficiente para que tivesse início uma corrida contra o valor externo da moeda. Dessa forma, encareciam bruscamente todos os produtos

⁹⁷ A respeito, consultar a nota n.º 32.

importados, reduzindo-se automaticamente sua procura dentro do país. Assim, sem necessitar de liquidar reservas, que aliás não possuía, a economia lograva corrigir o desequilíbrio externo. Por um lado, cortava-se o poder de compra dos consumidores de artigos importados, elevando os preços destes, e por outro estabelecia-se uma espécie de taxa sobre a exportação de capitais, fazendo pagar mais àqueles que desejassem reverter fundos para o exterior.

A redução do valor externo da moeda significava, demais, um prêmio a todos os que vendiam divisas estrangeiras, isto é, aos exportadores” (pp.192/3).

Ao que acrescentava, ainda:

“O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros” (p.194).

Com estas observações, Celso Furtado pretendia chamar a atenção para o acirramento de uma tendência característica da economia brasileira: a concentração de renda. Pois, assim como as vantagens comerciais, alcançadas na alta cíclica, eram retidas pelos cafeicultores, dada a existência de terra e mão-de-obra excedentes, nos períodos de declínio, o mecanismo de reajuste cambial, que corrigia o desequilíbrio externo, transferia o prejuízo para a massa consumidora. Deste modo, o processo de concentração de renda, da fase de prosperidade, não era compensado na etapa de contração econômica.

Além do recurso à desvalorização cambial, depois de algum tempo, o setor cafeeiro passou a dispor de um outro mecanismo básico de proteção quando sobreveio a crise de superprodução, ao final do século XIX: a política de valorização do café, com o propósito de suavizar os efeitos depressivos sobre os preços do produto, e cujas bases foram definidas pelo Convênio de Taubaté, em 1906⁹⁸. No entanto, segundo Furtado, esta política de defesa da rentabilidade do setor cafeeiro trazia consigo não a solução para os problemas do café, mas a potencialização perversa do problema:

“Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa forma, a redução artificial da oferta engendrava a expansão dessa mesma oferta, e criava um problema maior para o futuro. [...] Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave”(pp.208/9).

Munido destes novos elementos, Celso Furtado poderá, agora, formular sua análise a respeito das conseqüências da crise de 1929 sobre a economia cafeeira e dos efeitos dos mecanismos de defesa, acionados pelo Estado brasileiro, que colocaram em marcha, involuntariamente, o processo de industrialização nacional. Surgirá aqui uma explicação engenhosa para o nascimento da indústria no Brasil, com base em um modelo cepalino-keynesiano, que articulará a grande lavoura exportadora à indústria, de modo absolutamente original, num processo que ele chamará de **industrialização por substituição de importações**.

⁹⁸ Segundo Furtado, essa política consistia no seguinte:

“a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre a oferta e procura do café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações”. FURTADO (1966), p.207.

A crise de 1929 encontrou o setor cafeeiro já bastante debilitado por uma superprodução sem precedentes⁹⁹ – uma situação de desequilíbrio estrutural entre a oferta e procura –, agravada pela impossibilidade de se “*obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas*”(p. 215). O Estado brasileiro, então, colocou em ação uma série de mecanismos de modo que os níveis de produção e de renda do setor cafeeiro não fossem profundamente afetados. Combinou-se, por um lado, o instrumento tradicional de defesa, ou seja a manipulação da taxa cambial¹⁰⁰, que garantia que a maior parte das perdas fossem transferidas para a coletividade, através da alta de preços dos importados e, de outro, uma política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira¹⁰¹. O viés keynesiano fez com que Celso Furtado visse, como conseqüências fundamentais deste duplo mecanismo de defesa da renda do setor cafeeiro, a manutenção do nível de emprego na economia exportadora do café e, indiretamente, nos setores produtivos ligados ao mercado interno. Assim, o Estado, ao evitar uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, teria reduzido, ao mesmo tempo, os efeitos do multiplicador do desemprego sobre os demais setores da economia¹⁰². Comparando

⁹⁹ De acordo com Furtado, “A produção do café, em razão dos fortes estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-29 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida”. **Idem**, p.209/10.

¹⁰⁰ “A baixa brusca do preço internacional do café e a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda. Essa queda trouxe, evidentemente, um grande alívio ao setor cafeeiro da economia. A baixa do preço internacional do café havia alcançado 60 por cento. A alta da taxa cambial chegou a representar uma depreciação de 40 por cento”. **Idem**, p.216.

¹⁰¹ “Mas não bastava retirar do mercado parte da produção do café. Era perfeitamente óbvio que esse excedente de produção não tinha nenhuma possibilidade de ser vendido dentro de um prazo que se pudesse considerar como razoável. A produção prevista para os dez anos seguintes excedia, com sobras, a capacidade previsível de absorção dos mercados compradores. A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma conseqüência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender”. **Idem**, p.218.

¹⁰² “[...] ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, estava-se inconscientemente evitando que a renda monetária se contraísse na mesma proporção que o preço unitário que o agricultor recebia por seu produto. É fácil compreender a enorme redução da renda do agricultor, que teria significado o abandono nas árvores de parte da produção, digamos de 1/3 dessa produção, que foi aproximadamente o que destruiu entre 1931 e 1939”. **Idem**, p.220.

os EUA e o Brasil no período da Grande Depressão, Celso Furtado lembrará, por exemplo, que

“A diferença está em que nos Estados Unidos a baixa de preços acarretava enorme desemprego, ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, onde se mantinha o nível de emprego se bem que se tivesse de destruir o fruto da produção. O que importa ter em conta é o que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes” (p.222).

A sua conclusão será a de que a política de defesa do café, no Brasil dos anos 30, foi, na verdade um *“programa de fomento da renda nacional”*, a prática inconsciente de *“uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados”* (p.222).

Com estes elementos, Celso Furtado chega à sua análise clássica sobre a transição da economia primário-exportadora à industrial, no Brasil, cuja arrancada se dá nos anos 30. Para tanto, sua explicação repousa sobre a idéia de que a manutenção dos níveis de renda e da procura interna, acompanhada pela queda no valor das exportações e a forte desvalorização cambial, com a conseqüente redução brusca no coeficiente de importações (reduzido de 14% para 8% da renda territorial bruta), leva à grande expansão da oferta interna substitutiva das importações, tornadas proibitivas pela queda da capacidade para importar. Com isto, obtém-se algo inédito na estrutura produtiva nacional: o deslocamento do centro dinâmico da agricultura de exportação para as atividades ligadas ao mercado interno ou, conforme suas palavras, *“a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital”* (p.227).

Combinando-se a manutenção do elevado nível da procura interna com a sua contenção nas fronteiras nacionais, as atividades de mercado interno puderam não só manter mas, até mesmo, aumentar a sua taxa de rentabilidade. E tudo isto porque, ao lado do aproveitamento da capacidade ociosa de algumas indústrias, já em funcionamento no país, e da existência de um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, pode-se importar, a preços reduzidos, equipamentos obsoletos dos países em crise. Esta industrialização, como Celso Furtado procurou demonstrar, acelerou-se após a II Guerra Mundial, estimulada pela política de câmbio fixo, acoplada a um controle seletivo das importações que, a partir de 1947, passaram a privilegiar bens de capital e matérias-primas industriais.

Na busca do que é particular no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos, em geral, e do Brasil, especificamente, Celso Furtado não se limita à teorização da tipicidade da transição periférica – **a industrialização por substituição de importações**. Indo mais além, procura demonstrar que essa especificidade genética determinará, também, uma processualidade única, distinta da ocorrida nos países capitalistas centrais. Para ele, o ponto de chegada do largo processo de transformação da grande lavoura exportadora, dentro de uma sociedade atrasada e pouco diversificada, será uma **industrialização problemática**, com tendência estrutural aos desequilíbrios externos da balança de pagamentos e às fortes pressões inflacionárias.

As razões destes desequilíbrios, ocasionados pela forma singular assumida pelo capitalismo no Brasil, deveriam ser buscadas, em última instância, no processo histórico de formação nacional, enraizado no século XIX e, mais remotamente, nos tempos coloniais. E não terá outro propósito a reconstituição histórica da dinâmica econômica brasileira, empreendida por Furtado, nos 29 capítulos que compõem as quatro partes iniciais do **Formação Econômica do Brasil**.

A interpretação dada por Furtado, aos primeiros séculos da formação econômica colonial, deixa evidentes os fundamentos teóricos que sustentam sua leitura da

história do Brasil. Ou seja, de uma parte, uma concepção de subdesenvolvimento, de inspiração prebischiana – formação social economicamente marcada pela heterogeneidade estrutural, produto da convivência entre largos setores arcaicos (economia de subsistência), de baixa produtividade, e empresas capitalistas exportadoras, que não se vinculam ao setor moderno à medida que “*a massa de lucros por [ele] gerados não se integra na economia local*” – e, de outra, as formulações econômicas de matriz keynesiana. Fiel a este itinerário analítico, Furtado vasculha o passado, à procura dos momentos históricos cruciais de constituição dos obstáculos à geração do mercado interno, dos entraves à formação e expansão da renda e à diversificação da economia brasileira, capazes de propiciar um processo endógeno de acumulação e desenvolvimento sustentado¹⁰³.

Na análise da “*economia escravista de agricultura tropical*” e da “*economia escravista mineira*”, foca sua investigação nos aspectos que dizem respeito à capitalização, ao fluxo de renda e ao crescimento da área de subsistência, a partir dos ciclos de expansão e regressão econômica, atribuindo lugar central à agricultura açucareira nordestina no processo histórico de constituição do subdesenvolvimento brasileiro, a partir da formação do que chama de “*complexo econômico nordestino*”. O que, diga-se de passagem, coloca em evidência um dos traços característicos da construção analítica de Celso Furtado: a tematização da questão regional nordestina como referência para discussão da problemática do desenvolvimento nacional. Mas

¹⁰³ Analisando o **Formação Econômica do Brasil**, Ricardo Bielchowsky chama a atenção para um “*artifício expositivo*” largamente utilizado por Furtado na discussão a propósito da gênese do subdesenvolvimento no Brasil: o “*confronto com o desenvolvimento norte-americano*”. Este recurso apareceria em diferentes momentos: “*como parte integrante da análise sobre os fundamentos econômicos da ocupação territorial*” e no confronto entre as condições das “*economias norte-americana e brasileira à época de suas independências*”. De modo sumário, segundo Furtado, teriam contribuído para o desenvolvimento norte-americano “*o estímulo à expansão da produção doméstica*”, “*a formação de uma corrente de capitais advindos da Inglaterra*”, “*a posição ‘de vanguarda’ que a economia norte-americana logrou ocupar na própria revolução industrial européia, através da exportação de algodão*”. Já no Brasil, conspiraram contra o desenvolvimento, “*além da ausência de mercado interno, de base técnica e empresarial e de uma classe de dirigentes dinâmica, [...a falta de] estímulos externos básicos*”. **BIELCHOWSKY** (1989), pp.42 a 44.

esta questão, por ora, deverá esperar tratamento conveniente, em outro momento e lugar.

Furtado principia pela constatação do rápido desenvolvimento da indústria açucareira nordestina – “*malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes*” (p.55) –, responsável pela base econômica da ocupação colonial. Sistema de produção eficiente e densamente capitalizado,¹⁰⁴ o açúcar apresenta uma alta rentabilidade exportadora, capaz de gerar significativos índices de renda líquida¹⁰⁵. Isto, no entanto, não assegura desenvolvimento econômico à colônia, uma vez que a renda gerada encontra-se largamente concentrada nas mãos dos proprietários de engenho:

“Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5%) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. [...] [Mas], os pagamentos feitos pela economia açucareira aos demais grupos de população estariam muito pouco por cima de 3% da renda que a mesma gerava. Tudo indica, destarte, que pelo menos 90% da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana” (pp. 58, 59).

¹⁰⁴ Celso Furtado refere-se às dimensões consideráveis dos capitais investidos na colônia, já no século inicial de ocupação da terra. “Admitindo-se a existência de apenas 120 engenhos – ao final do século XVI – e um valor médio de 15 000 libras esterlinas por engenho, o monte total dos capitais aplicados na etapa produtiva da indústria resulta aproximar-se de 1 800 000 libras”. FURTADO (1959), p.57.

¹⁰⁵ “O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a 60% desse monte, e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população européia não seria superior a 30 000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica”. *Idem*, p.58.

Desta enorme massa de renda – que “*estaria, num ano favorável, por cima de um milhão de libras, ao iniciar-se o século XVII*” – pouco fica na colônia. Parte considerável migra para o exterior, seja para a aquisição de bens de consumo importados – principalmente artigos de luxo –, seja para remuneração de empresários “*não-residentes*”.

Questionando as possibilidades de expansão e desenvolvimento desta economia, Celso Furtado empreende, então, uma análise dos mecanismos internos do sistema, isto é, do “*processo de acumulação, formação e utilização da renda*” na colônia. E sua conclusão é a de que o fluxo de renda monetária, no interior do sistema escravista colonial, é insignificante uma vez que, pertencendo todos os fatores de produção aos senhores de engenho, este fluxo acaba se resumindo, no geral, “*a simples operações contábeis, reais ou virtuais*”¹⁰⁶. Nesta medida, o sistema até poderia crescer, em condições de oferta externa de escravos e abundância de terras sem que nada disto carretasse qualquer modificação estrutural no sistema econômico. O que lhe permite concluir que “*Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão*” (p.68).

Além do exame destes obstáculos estruturais ao fluxo de renda e às transformações internas, Celso Furtado chama a atenção para a forma singular como a economia

¹⁰⁶ Deixando de lado suas conhecidas resistências às polêmicas teóricas, Celso Furtado, em uma rápida passagem, posiciona-se quanto à discussão da natureza da economia colonial, recusando a idéia de um **feudalismo** nas terras brasileiras do século XVI e inclinando-se pelo sentido mercantil da empresa colonizadora. “*A natureza puramente contábil do fluxo de renda, dentro do setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho [...]. Ora, a unidade escravista [...] pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo. A suposta similitude deriva da existência de pagamentos **in natura** em uma e outra. Mas ainda aqui existe um total equívoco, pois na unidade escravista os pagamentos dos fatores são todos de natureza monetária, devendo-se ter em conta que o pagamento ao escravo é aquele que se faz no ato de compra deste. O pagamento corrente ao escravo seria o simples gasto na manutenção que, como o dispêndio com a manutenção de uma máquina, pode ficar implícito na contabilidade, sem que por isso perca sua natureza monetária*”. **Idem** (p.66).

escravista colonial reagia às crises econômicas. Do mesmo modo como a expansão da produção exportadora não possibilitava alterações na estrutura do sistema econômico, os retrocessos tão pouco ocasionavam modificações estruturais pois,

“Se se enfraquecia [a procura externa], tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário. Esse processo, entretanto, não apresentava de nenhuma maneira as características catastróficas das crises econômicas. A renda monetária da unidade exportadora, praticamente a constituíam os lucros do empresário, sendo sempre vantajoso para este continuar operando qualquer que fosse a redução ocasional dos preços. Como o custo estava virtualmente constituído de gastos fixos, qualquer redução na utilização da capacidade produtiva redundava em perda para o empresário. Sempre havia vantagem em utilizar a capacidade plenamente. Contudo, se se reduziam os preços abaixo de certo nível, o empresário não poderia enfrentar os gastos de reposição de sua força de trabalho e de seu equipamento importado. Em tal caso, a unidade tendia a perder capacidade. Essa redução da capacidade teria, entretanto, de ser um processo muito lento [...]. A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar sua estrutura”(p.69).

São formulações como estas que possibilitam a Furtado explicar porque o complexo açucareiro nordestino pôde resistir por mais de três séculos às depressões do mercado, mergulhado em profunda letargia, para recuperar-se, sempre sem alterações estruturais, a cada solicitação do mercado externo.

Além do sistema escravista de produção do açúcar, a análise da pecuária, entendida como projeção da economia açucareira, ocupa um papel fundamental no esquema explicativo das condições histórico-genéticas do subdesenvolvimento. Formando com os engenhos de açúcar o que Furtado chamou de “complexo econômico nordestino”, a criação de gado desenvolve-se, no Nordeste, de forma a atender às necessidades locais – das poucas a serem supridas internamente – de carne e

animais de transporte e tração. É ela que, depois de rápida convivência com os engenhos litorâneos, desloca-se para o interior, em busca de terras menos valorizadas, dando início à ocupação territorial extensiva.¹⁰⁷ Ao contrário da atividade açucareira, a pecuária apresenta pequena rentabilidade, que “*seguramente não excederia 5% do valor da exportação de açúcar*”, caracterizando-se por baixos índices de produtividade, ínfima comercialização, níveis insignificantes de renda monetária, restringindo-se, no geral, à subsistência da população. Note-se que a este último aspecto – a importância do setor de subsistência na pecuária –, Furtado atribuirá papel de destaque na análise do processo de transformações da economia nordestina, a partir de sua decadência, e da constituição do padrão subdesenvolvido da economia brasileira.

Segundo Furtado, as “*formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina – o açucareiro e o criatório – no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII, constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira*”(p.78). Ao reduzir-se o estímulo externo, a economia açucareira entra em progressiva letargia, cujo ponto extremo foi atingido em meados do século XVIII, com significativo declínio da renda real. Neste momento, a pecuária ganha maior importância relativa no complexo econômico nordestino, à medida que é capaz de absorver o excedente de população livre – produto de um aumento vegetativo – que, crescentemente, é “*atraída pela fronteira móvel do interior criatório*”. Importante notar que em situação de abundância de terras, a pecuária apresentava amplas condições de

¹⁰⁷ De acordo com Furtado, “*A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração de terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições de procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro*”. **Idem** (p.74).

receber essa população, pois aí a oferta de alimentos, em nível de subsistência, era bastante elástica a curto prazo.

Qual a conseqüência deste processo para o *complexo econômico nordestino*? Sem dúvida um retrocesso econômico, pois o declínio do açúcar, acompanhado pelo crescimento vegetativo da população, aumentou de modo significativo a importância do setor menos rentável e de mais escassa produtividade no Nordeste. Além do que, “*como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão, se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência*”(p.81). Ou seja, a partir do século XVIII, a expansão da economia nordestina ocorreu num contexto de intensa retração produtiva, refletindo, única e tão somente, o crescimento do setor de subsistência.

*Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização [...].A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência – **elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores** – estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos”(p.82. Grifos são meus).*

Igual propósito – busca dos elementos histórico-genéticos do subdesenvolvimento brasileiro – e os mesmos procedimentos – a investigação dos aspectos ligados à capitalização do setor de exportação, do fluxo de renda gerada no pólo dinâmico, da regressão econômica e expansão das áreas de subsistência –, utilizados no estudo do

complexo econômico nordestino, servirão a Celso Furtado na análise da economia escravista mineira, do século XVIII, e da gestação do setor cafeeiro, no século XIX.

A economia mineira, segundo Furtado, foi capaz de abrir um novo ciclo migratório para o Brasil, atraindo vagas de imigrantes de “*pequenas posses*”, em número capaz de decuplicar a população colonial. Pela primeira vez, na colônia, os “*escravos em nenhum momento chegam a constituir a maioria da população*” e “*as possibilidades que tinha um homem livre com iniciativa eram maiores*” . Diversa, também, em relação à economia açucareira, foi a natureza do vínculo da empresa mineradora com a terra, uma vez que o “*capital fixo era reduzido, pois a vida de uma lavra era sempre algo incerto. A empresa estava organizada de forma a poder deslocar-se em tempo relativamente curto. Por outro lado, a elevada lucratividade do negócio induzia a concentrar na própria mineração todos os recursos disponíveis*”(p.94).

A combinação, por um lado, da incerteza e mobilidade e, por outro, da alta lucratividade e especialização da empresa mineira, criando dificuldades naturais no abastecimento de alimentos e transportes, abria as possibilidade para um mercado interno, em proporções tais, que a economia açucareira não fora capaz de criar – fato largamente testemunhado pelo desenvolvimento e dinamismo da pecuária sulina, bem mais significativos do que a nordestina¹⁰⁸. Somava-se a isto, também, uma menor concentração da renda (era maior a proporção de homens livres nas minas) e uma população reunida em áreas urbanas e semi-urbanas. Celso Furtado procura, então, demonstrar que, apesar destas circunstâncias tornarem a economia mineradora propícia às atividades ligadas ao mercado interno, “*o desenvolvimento endógeno[...] da região mineira foi praticamente nulo*” (p.98).

¹⁰⁸ Diz Celso Furtado que, a “*pecuária, que encontrara no sul um **habitat** excepcionalmente favorável para desenvolver-se [...] passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira. O gado do sul, cujos preços haviam permanecido sempre a níveis extremamente baixos, comparativamente aos que prevaleciam na região açucareira, valoriza-se rapidamente e alcança, em ocasiões, preços excepcionalmente altos*”. **Idem**, pp. 94, 95.

A idéia de uma menor concentração de renda na área mineira cria, sem dúvida, alguns embaraços para o esquema analítico de Furtado. A solução encontrada, para explicar as limitações ao fluxo de renda e ao seu efeito multiplicador para as atividades internas, será, então, combinar, de um lado, a idéia de que a mineração absorvia todos os recursos disponíveis na fase inicial e, de outro, a do desenvolvimento insuficiente das manufaturas na colônia, não tanto em função dos decretos metropolitanos, que proibiam estas atividades mas, bem mais, em razão da *“própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável”*. O pressuposto é o de que a *“primeira condição para que o Brasil tivesse algum desenvolvimento manufatureiro, na segunda metade do século XVIII, teria de ser o próprio desenvolvimento manufatureiro de Portugal”*(p.99). A inexistência deste setor em Portugal, reduzido à condição de nação dependente do capitalismo inglês, teria inviabilizado a transferência, para a colônia, de técnicas desconhecidas pelos imigrantes.

Construção bem mais convincente, porém, será a análise da expansão da área de subsistência, a partir da regressão econômica da atividade mineira. Furtado repete, aqui, os recursos anteriormente utilizados para explicar a formação do *complexo econômico nordestino*, na fase de decadência do açúcar. A combinação do caráter predatório, cíclico, da mineração com a inexistência de atividades alternativas de produção, fazem com que a economia escravista mineira entre em um rápido processo de involução, revertendo às atividades de subsistência.

“Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica – à exceção de alguma agricultura de subsistência – era natural que, com o declínio do ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão-de-obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples fiscoadores. Dessa forma, a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor

mineratório.. [...] Todo o sistema se ia assim atrofiando ,perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência”(p104).

Segundo Furtado, poucas décadas foram suficientes para que a economia escravista mineira, altamente produtiva, se desarticulasse, levando consigo os núcleos urbanos, dispersando sua população por áreas isoladas. A lenta expansão demográfica do período foi acolhida por atividades de subsistência, de ínfimos níveis de produtividade e economia monetária atrofiada. Assim, durante três quartos de século, a economia conviveu com a estagnação e a decadência: situação que só seria revertida quando a colônia novamente se reintegrasse às rotas do comércio mundial, oferecendo ao mercado externo algum produto primário de larga procura, pois:

“Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional. Desenvolvimento com base no mercado interno só se torna possível quando o organismo econômico alcança um determinado grau de complexidade que se caracteriza por uma relativa autonomia tecnológica. [...] Tampouco seria possível contar com um influxo de capitais forâneos em uma economia estagnada. Os poucos empréstimos externos, contraídos na primeira metade do século, tiveram objetivos improdutivos e, como consequência agravaram enormemente a precária situação fiscal” (p.134).

Descartadas as possibilidades representadas pelas exportações tradicionais – açúcar, algodão, fumo, couro, arroz e cacau – de larga concorrência mundial ou de possibilidades restritas de comercialização, a saída possível, dada a situação do Brasil, seria encontrar “*produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra*”- único fator de produção abundante. Capitais praticamente inexistiam e a mão-de-obra – “*um estoque de pouco mais de dois milhões de*

escravos” – permanecia imobilizada na produção açucareira ou nos serviços domésticos.

A solução aparecerá, lá pela metade do século XIX, ao transformar-se o café em produto de exportação. Nada mais adequado às condições brasileiras, uma vez que seu grau de capitalização era muito mais baixo do que o do açúcar, suas necessidades monetárias de reposição de equipamentos bem menores – a maior parte do equipamento era de fabricação local – e larga, apenas, a utilização do fator terra. Enfim,

“Surgira o produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial: concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente; estavam formados os quadros da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira. Restava por resolver o problema da mão-de-obra” (p.140).

Fica evidente, pelo dito acima, que o desafio central no ciclo do café, segundo Furtado, era aumentar a oferta de força de trabalho para a grande lavoura. A imigração europeia, organizada inicialmente pela camada dirigente cafeeira, seria a solução encontrada para o problema. Mas, como bem observou Bielchowsky, em seu trabalho sobre **Formação Econômica do Brasil**, a questão do recurso ao imigrante europeu, à medida que sinalizava de forma evidente uma escassez de mão-de-obra no país, poderia comprometer um dos pilares da teorização de Furtado sobre o subdesenvolvimento brasileiro: a tese da existência de uma ampla economia de subsistência, que abrigava amplos contingentes populacionais¹⁰⁹. Para resolver esta questão, Furtado constrói, ao lado da análise do significado da introdução do trabalho livre na agricultura nacional, um painel significativo das condições sociais que, segundo seus termos, permitiram a constituição, no século XIX, das bases de

¹⁰⁹ BIELCHOWSKY, R. Op. cit., p.48.

uma economia caracterizada pelo dualismo, pela inexpressiva diversificação e pela baixa produtividade ou, em outras palavras, subdesenvolvida.

Com efeito, segundo Furtado, na segunda metade do século XIX, qualquer empreendimento no Brasil esbarraria, forçosamente, na “*inelasticidade da oferta de trabalho*” pois, se por um lado, a massa de escravos talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos – o que indicava uma elevada taxa de mortalidade entre os negros cativos¹¹⁰ –, por outro, a ampla economia de subsistência, que se espalhava do norte ao extremo sul do país, absorvendo significativo contingente de homens livres, encontrava-se amplamente dispersa. Deste modo, o recrutamento da força de trabalho livre, absorvida na subsistência, seria tarefa que, além de grandes recursos, exigiria a cooperação dos grandes proprietários rurais.

Para elucidar as condições que impediam uma equação interna para o problema da mão-de-obra na cafeicultura, Furtado recorre às intrincadas relações sociais e políticas que atavam a pequena unidade de subsistência ao grande latifúndio. Segundo ele,

“Dentro da economia de subsistência cada indivíduo, ou unidade familiar, devia encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A ‘roça’ era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos. Ao nível da roça, o sistema é exclusivamente de subsistência, ao nível da unidade maior é

¹¹⁰ De acordo com Furtado, “o primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros cinquenta anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade”. FURTADO, C. Op. cit. p. 141.

misto, variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região” (pp.145, 145).

Nestes termos, tornava-se impensável a cooperação dos grandes proprietários de terra no processo de recrutamento da força de trabalho nacional, dispersa por amplas parcelas do território. Fazê-lo seria comprometer “*todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político*”. Isto explicaria, por exemplo, a atitude hostil de setores dos grupos dominantes à transferência interna de mão-de-obra, da qual a resistência ao traslado de população do Ceará para o sul, com financiamento público, durante o governo de Campos Sales, seria nítida expressão¹¹¹.

O “problema da mão-de-obra” no ciclo da cafeicultura, obviamente, impôs a discussão do trabalho escravo, melhor dizendo, do destino dos negros cativos após a abolição. E como se verá, logo mais, o tratamento dado à esta questão seguirá os mesmos padrões de referência teóricos que nortearam, até aqui, a leitura do processo histórico de Furtado.

Assim como a permanente expansão do setor de subsistência não criou uma oferta adequada de mão-de-obra, a abolição da escravatura também não equacionou o problema da força de trabalho necessária à produção cafeeira, além de não propiciar a estruturação de um moderno mercado capitalista de trabalho.

No caso do Nordeste, a escassez relativa de terras, combinada à reduzida demanda de mão-de-obra nos engenhos estagnados, foi determinante para o destino do trabalhador liberto. Estando as terras férteis ocupadas em quase sua totalidade pela cana-de-açúcar, o ex-escravo que, tampouco encontraria espaço nas regiões urbanas – onde já pesava um excedente de população –, não poderia ser absorvido pela economia de subsistência, pois para “*o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas da pressão demográfica sobre as terras*

¹¹¹ **Idem**, p.147 (nota 110).

semi-áridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente”(p.164). Estas “barreiras” restringiram, portanto, a movimentação dos antigos escravos da região açucareira, que nada podiam fazer além de deslocarem-se de um engenho a outro. A consequência, bastante previsível, foi a fixação dos libertos nos engenhos em troca de salário vil, o que não permitiu uma redistribuição significativa de renda, eternizando-se, assim, as restrições à constituição do mercado interno.

No caso da região cafeeira, no Centro-Sul (áreas pioneiras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de parte de São Paulo), a abundância relativa de terras fez com que a situação fosse outra. Coincidindo a abolição com a marcha do café para o planalto paulista e a entrada de imigrantes, os antigos escravos acabaram se refugiando na economia de subsistência. Aqueles que, no entanto, permaneceram na região cafeeira puderam se aproveitar de salários relativamente elevados, em função da procura de força de trabalho. No entanto, a “*redistribuição da renda em favor da mão-de-obra*” não teve efeitos positivos sobre a produtividade do trabalho, já que o liberto tendia a diminuir as suas horas de trabalho.

“Para bem captar esse aspecto da questão é necessário ter em conta alguns traços sociais mais amplos da escravidão. O homem forjado dentro deste sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a idéia de acumulação de riqueza lhe é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas “necessidades,. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio” (pp.166-167).

Assim colocada, a abolição da escravatura, segundo Furtado, não teve efeitos significativos em termos da reorganização do sistema produtivo e da distribuição interna de renda. Ao contrário, reforçou o setor de subsistência e a baixa

produtividade, ambos com papéis fundamentais na determinação do caráter subdesenvolvido da economia brasileira.

Nos capítulos seguintes, em que Furtado analisa o fluxo de renda na economia de trabalho assalariado, a tendência ao desequilíbrio externo e a questão da defesa do nível de emprego e a concentração da renda, não só a concepção de subdesenvolvimento, norteadora de sua leitura da história do Brasil, ganha contornos de ampla visibilidade. Aí também são apresentadas as condições da expansão da grande lavoura cafeeira e os mecanismos específicos de valorização do produto e defesa dos níveis de renda do setor (“*a socialização das perdas*”), que lhe permitirão construir sua teoria da transição para economia industrial, nos moldes da substituição de importações, tal como anteriormente analisado.

Em outros termos, ganham contornos finais seus propósitos de demonstrar através da evolução peculiar da economia no Brasil, da colônia ao século XIX – processo que, ao longo do tempo, reiterou os mecanismos cerceadores do fluxo interno de renda e da constituição de um mercado interno, capaz de alimentar o desenvolvimento sustentado –, que o subdesenvolvimento é um produto histórico, resultado da expansão do capitalismo, e não simplesmente um estágio antecedente ao desenvolvimento. Buscando na história as bases de nosso atraso, Celso Furtado procurou, a um só tempo, legitimidade para seu projeto nacional, de reforma das estruturas subdesenvolvidas, e para seu esforço de teorizar a transição capitalista na periferia.

III. BIBLIOGRAFIA

1. GERAL

ABREU, M. de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso. Cem Anos de Política Econômica Republicana - 1889/1989**. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

AGARWALA & SINGH . **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Forense, 1969.

América Latina: El Pensamiento de la CEPAL. Santiago, Ed. Universitária, 1959.

Análises e Projeções do Desenvolvimento Econômico. Grupo Misto BNDE-CEPAL. Rio de Janeiro, 1957.

ARNDT, H.W. **Economic Development: The History of an Idea**. Chicago, The University of Chicago Press, 1987.

AZEVEDO, J. Lúcio. **Épocas de Portugal Econômico. Esboços de História**. Lisboa, Livraria Clássica Ed., 1978.

BASTOS, Elide Rugai. “A sociologia nos anos 30”, D’INCAO, Maria Ângela (org.) **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo, Ed. UNESP, 1989.

BIDERMAN, Ciro (org.), **Conversas com Economistas Brasileiros**. São Paulo, Ed. 34, 1996.

BIELCHOWSKY, Ricardo, “Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino”, **Revista de Economia Política**, v.9, n.4, out-dez.1989. São Paulo, Brasiliense.

_____ **Pensamento Econômico Brasileiro, O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.

BRITO, Lemos. **Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939, 2ª ed.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. SP, UNESP, 1992.

CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1995, 26ª ed.

CARDOSO, F. Henrique. **As Idéias e seu Lugar, Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1980.

_____ “La Originalidad de la Cópia: la CEPAL y la Idea de Desarrollo”, in **Revista de la CEPAL**, 1977.

CATELLI, Nora, **El Espacio Autobiográfico**, Barcelona, Editorial Lumen, 1986.

CHAUÍ, Marilena, FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

FORACCHI, Marialice M.(org.), **Mannheim**, São Paulo, Ática, 1982.

FREITAS, Marcos Cezar (org.), **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo, Contexto, 1998.

GAGNEBIN, J.M. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo, Perspectiva, 1994.

GURRIERI, Adolfo (org.). **La Obra de Prebisch en la Cepal**. México, Fondo de Cultura Económica, 1982.

GUZMÁN, Gabriel, **El Desarrollo Latinoamericano y la CEPAL**. Barcelona, Ed. Planeta. 1976.

Grupo de Desenvolvimento do Nordeste - Um Plano em Marcha, nº 6, Serviço de Documentação do Min. de Viação e Obras Públicas, 1957.

HIRSCHMAN, A. O. **Política Econômica para a América Latina**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

_____ “Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia. Uma Abordagem Generalizada”. **Estudos CEBRAP nº 18**. São Paulo, out./dez. 1976.

IANNI, Octávio. “A dialética da História”. D’INCAO, Maria Ângela, **História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo, Ed. UNESP, 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e Ideologia**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1981.

KEYNES, J.M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo, Ed. Abril, 1983.

LE GOFF, J., comp. **História : Novos Problemas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995. LOVE, Joseph L., **A Construção do Terceiro Mundo. Teorias do Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

LOUREIRO, Maria Rita (org.) **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Petrópolis, 1997.

MALLORQUIN, Carlos, **La Idea del Subdesarrollo: el Pensamiento de Celso Furtado**. México, Univ. Aut. México, 1993. (mimeo).

MANNHEIM, K., **Diagnóstico de Nosso Tempo**. RJ, RJ, 1973.

_____ **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MANTEGA, Guido, “Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”, **Revista de Economia Política**, v. 9, n.4, out-dez.1989. São Paulo, Brasiliense.

_____ **A Economia Política Brasileira**. São Paulo, Petrópolis, Vozes, 1984.

MONTUSCHI L. & SINGER R. **Los Problemas del Desarrollo en América Latina**. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

MORAES, R.C.C. **Planejamento: Democracia ou Ditadura? Intelectuais e Reformas**, 1987, (mimeo.).

_____ **Celso Furtado: O Subdesenvolvimento e as Idéias da CEPAL**. São Paulo, Ed. Ática,1995.

MOTTA, Carlos Guilherme. **A Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo, Ática, 1980, 4ª ed.

ODÁLIA, Nilo. **As Formas do Mesmo**. São Paulo, Ed. UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Francisco, **Celso Furtado**. São Paulo, Ática, 1983.

_____ “Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro”, **Inteligência Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

PÉCAUT, Daniel, **Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação**. São Paulo, Ática, 1990.

PENEFF, Jean, **La Méthode Biographique**, Paris, Armand Colin Éditeur, 1990.

Pensamento em Crise e As Artimanhas do Poder. Seminários- Debates. São Paulo, UNESP, 1988.

PIVA, Luís Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores**. São Paulo, Ed.34, 2000.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1976.

_____ **A Revolução Brasileira**. São Paulo. Brasiliense, 1969.

_____ **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1972.

_____ **Evolução Política do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

PREBISCH, Raul, **Keynes, Uma Introdução**. São Paulo, Brasiliense, 1991.

_____ **Estudio Económico de América Latina**. New York., CEPAL, Nações Unidas, 1951.

_____ “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, 1950.

_____ “Cinco Etapas de mi Pensamiento Sobre el Desarrollo”, **Raul Prebisch, un Aporte de su Pensamiento**. Santiago de Chile, CEPAL, 1987.

RANGEL, I. “História da Dualidade Brasileira”, **Revista de Economia Política**, vol. 1, n. 4, 1991.

REGO, José Márcio (org.), **Retórica na Economia**. São Paulo, Ed. 34, 1996.

RODRIGUES, José Honório, **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica**. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

RODRIGUEZ, Octavio, **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.

SCHWARCZ, Lilia M., **O Espetáculo das Raças**. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

SHERMAN & HUNT. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

SCHWARZER, H. **A CEPAL: A Teoria Clássica e a Proposta de Transformação Produtiva Com Equidade Social**. Universidade Federal do Paraná, 1993 (mimeo.)

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento**. SP, Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás, “Sobre a Formação da *Formação Econômica do Brasil*”, **Estudos Avançados** 37, v. 13- setembro/dezembro 1999. São Paulo, USP.

VIEIRA, Rosa Maria. **O Pensamento Industrialista de Roberto Simonsen**. USP, 1987 (mimeo.)

2. OBRAS DE CELSO FURTADO

“Características da Economia Brasileira”, **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, mar.1950.

Economia Brasileira: Contribuição à Análise de seu Desenvolvimento, Rio de Janeiro, A Noite, 1954.

“O Desenvolvimento Econômico”, **Revista Econômica Brasileira**, n.1, 1955.

Uma Economia Dependente, Rio de Janeiro, A Noite, 1956.

Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

Perspectivas da Economia Brasileira, DASP, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960.

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.

“La Hegemonia de Estados Unidos y El Futuro de América Latina”, **La Dominación de América Latina**, MAR, José Matos (org.), Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1968.

Formação Econômica da América Latina, Rio de Janeiro, Lia Editor, 1969.

Mito do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

A Economia Latino-americana, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1975.

A Fantasia Organizada, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

A Fantasia Desfeita, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

Ares do Mundo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.